



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PROFESSOR ALBERTO ANTUNES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
Avenida Lourival Melo Mota, s/nº - Bairro Cidade Universitária  
Maceió-AL, CEP 57072-900  
- <http://hupaa-ufal.ebserh.gov.br>

Projeto Básico - SEI

Processo nº 23540.011628/2025-95

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90049/2025  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23540.011628/2025-95

ANEXO I - PROJETO BÁSICO  
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE DATA CENTER

Referência:

- I - Regulamento de Licitações e Contratos da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares Ebserh Versão 2.0 Aprovado em 28/04/2022.  
II - Parecer - SEI 400 (55428152).

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Serviços comuns de engenharia para manutenção preventiva, corretiva e evolutiva para solução de Contêiner Data Center - CDC do HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PROFESSOR ALBERTO ANTUNES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - HUPAA, incluindo a troca e reposição de peças/componentes quando necessário.

1.2. Caso haja discordância entre o descritivo dos itens no Edital e no Comprasnet, prevalecerá o descritivo constante no Edital.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	CATSERV	QUANTIDADE
01	01	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA, EVOLUTIVA E MONITORAMENTO DO CDC E TODOS OS SEUS SUBSISTEMAS, CONFORME CONDIÇÕES E CARACTERÍSTICAS DESCRITAS NESTE PROJETO BÁSICO E SEUS ANEXOS.	22225	24 (VINTE E QUATRO) MESES

1.3. A classificação do objeto, metodologia de seleção do fornecedor, regime de execução, dentre outras definições, estão listadas no Item 13 deste Projeto Básico.

1.4. Os itens deste Projeto Básico contemplam os critérios da sustentabilidade ambiental, prevista nos termos do artigo 7º, XI, da Lei nº 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos e ainda das Instruções Normativa SLTI/MPOG ns. 01/2010 e 01/2014.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1. Fundamentação legal e normativa:

- 2.1.1. [Constituição da República Federativa do Brasil de 1988](#) - O Art. 7º, XXXIII, que prevê proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; Art. 37 trata dos princípios entre outros fatores que devem ser observados pela Administração pública direta e indireta;
- 2.1.2. [Lei nº 6.360](#), 23 de setembro de 1976 - Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências;
- 2.1.3. [Lei nº 8.078](#), de 11 de setembro de 1990 - Código de defesa do consumidor;
- 2.1.4. [Lei nº 11.488](#), de 15 de junho de 2007 - Cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI;
- 2.1.5. [Lei nº 12.305](#), de 02 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;
- 2.1.6. [Lei nº 12.527](#), de 18 de novembro de 2011 - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências;
- 2.1.7. [Lei nº 12.550](#), de 15 de dezembro de 2011 - Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH;
- 2.1.8. [Lei nº 13.303](#), de 30 de junho de 2016 - Estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias;
- 2.1.9. [Lei Complementar nº 123](#), de 14 de dezembro de 2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- 2.1.10. [Decreto nº 7.746](#), de 05 de junho de 2012 - Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP;
- 2.1.11. [Decreto nº 8.538](#), de 06 de outubro de 2015 - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;
- 2.1.12. [Decreto nº 8.945](#), de 27 de dezembro de 2016 - Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016;
- 2.1.13. [Instrução Normativa nº 01](#), de 19 de janeiro de 2010 - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
- 2.1.14. [Instrução Normativa nº 03](#), de 26 de abril de 2018 - Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf, no âmbito do Poder Executivo Federal;

- 2.1.15. [Norma Operacional - SEI nº 3/2024/SCCEN/CAD/DAI-EBSERH](#) - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens, contratação de serviços em geral, bem como alterações contratuais;
- 2.1.16. [Norma Operacional - SEI nº 7/2023/DAI-EBSERH](#) - Dispõe sobre a apuração de irregularidades e aplicação de sanções a licitantes no âmbito da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh;
- 2.1.17. Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, acessível pelo seguinte link: [https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/agu-na-cop30/central-de-conteudos/edicao\\_2025\\_do\\_gui\\_a\\_final\\_para\\_cop30.pdf](https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/agu-na-cop30/central-de-conteudos/edicao_2025_do_gui_a_final_para_cop30.pdf);
- 2.1.18. [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0;
- 2.1.19. [Política de Proteção de Dados Pessoais da Ebserh](#);
- 2.1.20. [Política de Transações com Partes Relacionadas da Ebserh](#);
- 2.1.21. Caderno de Manutenção Predial da rede Ebserh (disponível no link: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/legislacao-e-normas/legislacao-e-normas-de-infraestrutura/caderno-ebserh-manutencao-predial-v5.pdf/view>);
- 2.1.22. Manual de Elaboração do Programa de Manutenção predial para a Rede Ebserh (disponível no link: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/legislacao-e-normas/legislacao-e-normas-de-infraestrutura/manual-de-elaboracao-do-programa-de-manutencao-predial-para-a-rede-ebserh-ma-smpo-008-v02-1>);
- 2.1.23. Requisitos de Especificação, Projetos e de Manutenção da Infraestrutura Elétrica para Hospitais 3ª edição (disponível no link: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/legislacao-e-normas/legislacao-e-normas-de-infraestrutura/requisitos-de-especificacao-projetos-e-de-manutencao-da-infraestrutura-eletrica-para-hospitais-3deg-edicao.pdf/view>);
- 2.1.24. Gestão de Manutenção Predial Hospitalar para os hospitais da Rede Ebserh (disponível no link: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/legislacao-e-normas/legislacao-e-normas-de-infraestrutura/gestao-de-manutencao-predial-hospitalar-para-os-hospitais-da-rede-ebserh-1>);
- 2.1.25. Decreto nº 9.507/2018 - Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;
- 2.1.26. Lei 5.194/66 - Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências;
- 2.1.27. Orientação Técnica 002/2019 - Instituto Brasileiro de Obras Públicas - IBRAOP - visa uniformizar o entendimento quanto à definição de Obra e de Serviço de Engenharia, para efeito de contratação pela administração pública.

### 3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh foi criada por meio da [Lei nº 12.550](#), de 15 de dezembro de 2011, como uma empresa pública vinculada ao Ministério da Educação - MEC, com a finalidade de prestar serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como prestar às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública.
- 3.2. Trata-se da maior rede de hospitais públicos do Brasil. Suas atividades unem dois dos maiores desafios do país, educação e saúde, melhorando a qualidade de vida de milhões de brasileiros, por meio da atuação de uma rede que inclui o órgão central da empresa e 45 Hospitais Universitários Federais - HUFs, apoiando e impulsionando suas atividades por meio de uma gestão de excelência.
- 3.3. Os hospitais da Rede Ebserh exercem a função de centros de referência de média e alta complexidade para o Sistema Único de Saúde - SUS e um papel de destaque para a sociedade. Como hospitais vinculados a universidades federais, essas unidades têm características específicas: além de atender por meio do SUS, primordialmente apoiam a formação de profissionais de saúde e o desenvolvimento de pesquisas.
- 3.4. O Hospital Universitário Professor Alberto Antunes é vinculado à Universidade Federal de Alagoas e pertence a Rede da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh, onde atua para prestar assistência médica de média e alta complexidade aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, observando a sua contratualização de serviços junto aos gestores de saúde.
- 3.5. A Ebserh é uma empresa estatal 100% dependente da União e cumpre o seu dever de prestar serviços de assistência à saúde de forma integral e exclusivamente inseridos no âmbito do SUS.
- 3.6. Conforme DFD - Área Requisitante (SEI nº 54495179) A contratação de empresa especializada em manutenção de Contêiner Data Center justifica-se pelos seguintes fatores:
- 3.6.1. **Continuidade dos serviços essenciais:** O CDC é responsável por hospedar sistemas críticos, como o prontuário eletrônico, sistemas de gestão hospitalar, banco de dados e serviços de rede. A manutenção preventiva e corretiva é fundamental para garantir sua operação ininterrupta.
- 3.6.2. **Ambiente técnico especializado:** A manutenção do CDC exige conhecimentos técnicos específicos em climatização de precisão, energia redundante, controle de acesso, monitoramento ambiental e infraestrutura de TI, não sendo possível sua execução por equipes internas.
- 3.6.3. **Prevenção de falhas e mitigação de riscos:** A atuação preventiva reduz a probabilidade de falhas graves que possam comprometer a integridade dos dados, a segurança da informação e a continuidade dos serviços hospitalares.
- 3.6.4. **Apoio à transformação digital:** A manutenção adequada do CDC é um pilar para a sustentação de projetos de inovação e digitalização em saúde, alinhados às diretrizes estratégicas da Ebserh.
- 3.7. Sem as devidas manutenções, pode ser necessário o desligamento dos servidores e equipamentos de armazenamento. Isso tem impacto em todo o Hupaa, uma vez que os sistemas, internet e arquivos ficarão indisponíveis, paralisando praticamente todos serviços prestados, como atendimento ambulatorial, internações, cirurgias, exames laboratoriais e por imagem, serviços administrativos e de ensino, com impacto direto no atendimento a população e aos acadêmicos.
- 3.8. Considerando ainda que o Hupaa não tem corpo técnico adequado e suficiente para assumir a manutenção de todos os itens que compõem toda a solução.
- 3.9. A contratação em tela tem como justificativa o atendimento da necessidade de Contratação de Empresa especializada em Manutenção de Data Center, visando manter o pleno funcionamento das atividades organizacionais e cumprir com a missão de promover, de forma integrada, o ensino, a pesquisa, a extensão e a assistência aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

### 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 4.1. O Hupaa possui equipamentos/ativos de TI que permitem aos usuários o acesso aos dados armazenados em rede, acesso à internet, a interconectividade dos sistemas desenvolvidos garantindo a autenticidade das informações e gerenciando os aspectos relacionados à Política de Segurança da Informação e Comunicações - POSIC. Desta forma é imensurável o valor da informação produzida, armazenada e distribuída e é vital para o

andamento das atividades administrativas e assistenciais o pleno funcionamento de cada um dos ativos de TI. O Setor de Tecnologia da Informação e Saúde Digital - SETISD é responsável pela manutenção do parque tecnológico do Hupaa em níveis aceitáveis de funcionamento. Além disso, este setor é responsável por fazer com que o parque tecnológico atenda satisfatoriamente às demandas das gerências, auxiliando-as no desenvolvimento de suas atividades finalísticas, sem perda de produtividade ou de informações. Logo, todo o centro de informações estratégicas e sistemas do Hupaa encontram-se armazenadas no container Datacenter.

4.2. Para dar sustentabilidade as operações institucionais o ambiente Contêiner Data Center (CDC) precisa estar munido de suas manutenções preventivas, corretivas e evolutivas.

4.3. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos/sistemas descritos no projeto básico abrangerão todos os elementos do(s) equipamentos(s), a exemplo: baterias, caixa elétrica, central de incêndio, detector precoce, cilindro de gás e correlatos e outros. Estes deverão ser minuciosamente averiguados e regulados, e quando verificado defeitos, deverão ser substituídos seus acessórios ou peças, mesmo que não constem nesse instrumento.

4.4. A manutenção preventiva visa recuperar os desgastes naturais que sofrem os equipamentos, efetuando serviços de trocas e reparos, em função do tempo de uso, determinado pelo fabricante, ou ocasionados por outros fatores já previstos e conhecidos, para assim aumentar o tempo de vida útil dos equipamentos e evitar problemas de quebra ou desligamento dos equipamentos, assim como se destina a prevenir indisponibilidades e/ou falhas dos componentes da solução de contêiner data center e em suas instalações, subsistemas, seus periféricos e seus sistemas internos de controle do ambiente, mantendo-as em perfeito estado de funcionamento e conservação, conforme especificado em projeto, manuais e normas técnicas específicas.

4.5. Fará parte da manutenção preventiva, a atualização de softwares vinculados aos sistemas objetos desta licitação, os quais deverão ser instalados/atualizados, com a devida configuração de novas versões e/ou releases lançadas durante a vigência contratual, mantendo-os funcionais e compatíveis com o ambiente utilizado pelo Hupaa, assim como a substituição das baterias existentes na solução a cada 02 (dois) anos, **independentemente de seu estado.**

4.6. A manutenção corretiva compreende o conjunto de serviços mobilizados após ocorrência de defeito ou falha no funcionamento dos equipamentos, que resultem na necessidade de recuperação do estado de uso para o perfeito funcionamento, isto é, o conjunto de providências cujo objetivo é reparar e corrigir os equipamentos/sistemas descritos neste projeto básico, removendo definitivamente os defeitos eventualmente apresentados.

4.7. Manutenção evolutiva, fornecer, instalando e configurando as novas versões e/ou releases e atualizações lançadas dos componentes durante a vigência contratual, mantendo-os funcionais e compatíveis com o ambiente utilizado pelo Hupaa.

4.8. Tanto a manutenção preventiva, quanto a corretiva dos equipamentos/sistemas descritos neste projeto básico, deverão ser realizada por técnicos especializados, supervisionados pelo responsável técnico com o emprego das ferramentas apropriadas, com o objetivo de mantê-lo sempre em bom funcionamento e garantido o pronto funcionamento a qualquer tempo.

4.9. A contratada deverá atender as solicitações de manutenção corretiva sempre que solicitada. Não haverá limites de chamadas para manutenções corretivas e estas não ensejarão nenhum tipo de cobrança adicional para contratante.

4.10. Todos os materiais, ferramentas e equipamentos aplicados nos serviços de manutenção (trocas, substituições, etc.) deverão ser relacionados e informados ao gestor, através de relatório dos serviços prestados, indicando as suas referências, locais em que foram aplicados, nº de série (se houver) e/ou outras informações que possibilitem as identificações, no local, dos materiais aplicados.

4.11. A licitante vencedora do presente certame deverá colocar à disposição, para uso individual ou coletivo dos profissionais alocados para a prestação dos serviços, todo o ferramental e equipamentos necessários para a execução dos serviços, a partir do primeiro dia de prestação dos serviços.

4.12. Os principais serviços de manutenção preventiva a serem realizados nos sistemas estão indicados no Anexo I Plano de Manutenção e Operação Cronograma (SEI nº 52929350). Caso haja necessidade o plano deverá ser incrementado atendendo a Portaria n.º 3523/GM de 28 de agosto de 1998, do Ministério da Saúde, inclusive a Norma 7256:2021 e a Lei A lei 13.589/2018 que rege sobre o assunto.

4.13. Os serviços listados, no entanto, não são exaustivos. A licitante vencedora deverá identificar os serviços faltantes e inserir nos serviços que serão realizados.

4.14. O Plano detalhado de manutenção preventiva deverá garantir que os serviços permaneçam em operação reduzindo o tempo de indisponibilidade do ambiente como um todo, o armazenamento do histórico técnico de cada um dos equipamentos que compõe esta licitação deve ser realizado, de forma a garantir previsibilidade e reincidência de problemas relacionados.

4.15. O Plano detalhado de manutenção preventiva poderá ser alterado no todo ou em parte, a qualquer momento, desde que verificada e justificada a necessidade pela contratada ou pela contratante, e desde que acordado entre as partes. Sempre será levada em consideração a melhoria contínua dos serviços com o aumento da confiabilidade e a otimização dos custos de manutenção.

4.16. Para os casos de manutenção corretiva, a contratada deverá disponibilizar sistema de gestão integrada com acesso via internet para o registro das demandas. Em caso de insucesso, a solicitação será enviada para e-mail fornecido pela Contratada e por telefone, a empresa deverá fornecer pelo menos, dois números de telefone para contato, a serem utilizados pelo Hupaa, funcionando vinte e quatro horas por dia nos sete dias da semana. A contratada deverá posteriormente registrar estas demanda no sistema de gestão integrada.

4.17. Todas as demandas preventiva, corretiva e evolutiva devem estar registradas para acompanhamento de acordo com os níveis de serviços acordados.

4.18. A contratada não deverá alterar, modificar ou substituir nenhum esquema de instalação constante do projeto original do CDC sem a prévia autorização, por escrito, da fiscalização da contratante.

4.19. Qualquer necessidade alteração do projeto original a CONTRATADA deverá elaborar todas as documentações necessárias: laudo técnico, plantas, esquemas e demais recursos necessários. Os mesmos deverão estar assinados pelo engenheiro responsável que tenha as habilitações necessárias e o representante legal da empresa, preposto.

4.20. A contratada deverá informar, à fiscalização do contratante, os serviços realizados para que a fiscalização acompanhe a manutenção, inclusive apresentar relatório de todos os serviços preventivos e corretivos em até 03 (três) dias após o ocorrido, indicando as causas e o(s) tipo(s) de correção(ões) executadas.

4.21. Caso haja necessidade de a contratada retirar qualquer peça dos equipamentos que compõe o CDC para manutenção externa, caso não haja equipamento redundante, deve ser feita a substituição imediata da mesma por outra em bom estado de operação, colocando o equipamento em funcionamento, sem nenhum ônus para a contratante, quanto ao deslocamento e a substituição.

4.22. Todas as peças consideradas inservíveis ou que forem substituídas deverão ser devolvidas à contratante, a não ser que a mesma solicite o descarte pela contratada.

4.23. Os referidos serviços constituem uma série de procedimentos programados ou não, destinados a manter ou restabelecer o pleno funcionamento do contêiner data center, em conformidade com manuais e normas técnicas especificadas pelo fabricante, dentro do escopo dos serviços contratados.

#### 4.24. Descrição do ambiente

4.24.1. Solução: CDC-T1- Solução de Centro de Dados Modular do Tipo 1 - Container com capacidade para alojar no mínimo 6 (seis) racks, com área de utilização mínima de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Us, com potência mínima de 10 KVA, por rack, com Sistema de Climatização de Precisão (N+1), com Sistema Detecção e Alarme de Incêndio com Detecção Prematura, Sistema Combate Automático de Incêndio com Gás (NOVEC 1230 ou similar) , com Sistema de Monitoramento e Supervisão do Data Center (DCIM), Sistema de CFTV, com Sistema UPS N+1, com 24 (vinte e quatro) conexões em fibras ópticas (OM3) e 29 (vinte e nove) conexões UTP 6A para cada Rack.

#### 4.24.2. Sistema UPS N+1

4.24.2.1. Marca Emerson, modelo 380V-60Hz , tipo trifásico e serial number 201509ups01360291..

4.24.2.2. A configuração do equipamento encontra-se com o banco de baterias dividido em dois circuitos com 18 (dezoito) baterias cada. A bateria utilizada é 12V e 9A.

4.24.2.3. A UPS trabalha com 3 módulos de 20 kVA totalizando 60 kVA ativo.

#### 4.24.3. Sistema de Climatização N+1

4.24.3.1. O sistema de climatização é composto por 3 equipamentos de clima de alta precisão, sendo três convencionais.

4.24.3.2. Clima convencional marca de fabricação Stulz , modelo Wall BR+ , tipo de fluido refrigerante R410A, tensão nominal 380, capacidade 3HP 60Hz, corrente máxima 41,2 A, capacidade 7,5 TR, potência 18,5 kW. Compressor fabricante Danfoss, modelo HLJ083T9LC6. Filtro secador Danfoss modelo DML0588, moto ventilador da condensadora fabricante ZIEHL-ABEGG, modelo FN050-ZIQ.DC.V7P2. Válvula de SCHRADER de 1/4", pressostato de alta Danfoss, modelo KP1, pressostato de baixa Danfoss modelo KP6B. Tanque de líquido marca Frigomec modelo M19449/FM 5.0+SV3+K (M22/R5). Controlador paramétrico fabricante CAREL modelo PGD1000FW0. CLP fabricante CAREL modelo PCOOEM+. Válvula de expansão marca CAREL, modelo EV2, 5/8. Controlador eletrônico de velocidade do ventilador da condensadora, marca Ziehl-Abegg modelo PKE-10.

#### 4.24.4. Sistema de Detecção e Alarme de Incêndio com detecção prematura

4.24.4.1. Stratos Micra 25 fabricante Kidde Fire Systems

#### 4.24.5. Sistema de combate automático de incêndio com gás

4.24.5.1. Paineis de detecção e combate incêndio fabricante Honeywell, model RP2002 com cinco baterias 12V e 7A, duas no painel e três embaixo do piso. Agente de combate a Incêndio gás modelo FM200 fabricante Kidde Fire Systems.

#### 4.24.6. Sistema de monitoramento e supervisão do Datacenter

4.24.6.1. Unidade de processamento fabricante Rittal model 7030.000 CMC-III. Unidade fornecimento de energia power supply modelo 7030060. Unidade de entrada e saída CMC-III I/O Unit modelo DK7030.040. Sensor universal modelo 7030.190.

#### 4.24.7. Sistema de CFTV do Datacenter

4.24.7.1. Sistema vídeo monitoramento por câmeras, composto por sistema de software de vigilância, completo e de código aberto, ZoneMinder v1.34.26. Ambiente composto por 3 câmeras, uma no corredor frio e outra no corredor quente. Marca Gerp IP, modelo NMDE2M-2.8.

#### 4.24.8. Sistema de controle de Acesso do Datacenter

4.24.8.1. Sistema de controle de acesso via biometria, TF1700 Vault. Software controle de acesso 2.4.4.1038.

#### 4.24.9. Sistema de grupo moto gerador

4.24.9.1. Grupo gerador STEMAC, identificação do equipamento 0180059715. Modelo do motor MWM 6,10TCA, número de série G1T158597. Modelo do gerador WEGGTA, número de série 1029878531. Potência 180kVA, tensão 380 V.

#### 4.24.10. Sistema de alimentação elétrica

4.24.10.1. QDX Painel elétrico ELETROPOLL, identificação do equipamento X. São 02 unidades do disjuntor SCHNEIDER modelo EAC100N, 100A tripolar. São 12 unidades do disjuntor SCHNEIDER IC60N, 25A unipolar.

4.24.10.2. QDY Painel elétrico ELETROPOLL, identificação do equipamento Y. São 01 unidades do disjuntor SCHNEIDER modelo EAC100N, 100A tripolar. São 02 unidades do disjuntor SCHNEIDER IC60N, 6A unipolar. São 12 unidades do disjuntor SCHNEIDER IC60N, 25A unipolar.

4.24.10.3. QDEMERG Painel elétrico ELETROPOLL, identificação do equipamento QD EMERG. São 01 unidades do disjuntor SCHNEIDER modelo EZC400N, 300A tripolar. São 03 unidades do disjuntor SCHNEIDER IC60N, 10A unipolar. São 01 unidades do disjuntor SCHNEIDER IC60N, 40A tripolar. São 01 unidades do disjuntor SCHNEIDER modelo EZC100N, 100A tripolar. São 03 unidades do disjuntor SCHNEIDER modelo EZC100N, 80A tripolar. Protetor de surto 01 unidades SCHNEIDER, modelo IRPD 40-340.

#### 4.24.11. Monitoramento ativo do ambiente

4.24.11.1. Devido o Hupaa não possuir equipe de trabalho 24 horas faz-se necessário o serviço de monitoramento online, de forma a dirimir riscos no ambiente Datacenter que impeçam a realização das atividades finalísticas do próprio Hospital, portanto deve-se ter monitoramento ativo dos itens via SNMP:

- a) Sensor de temperatura do controlador;
- b) Sensor de abertura de porta;
- c) Sensor de status da rede elétrica da concessionária;
- d) Sensor do status da UPS;
- e) Sensor de status FM200;
- f) Sensor de status Stratos Micra;
- g) Sensor de Clima D1, D2 e D3;
- h) Sensor de líquido;
- i) Sensor de temperatura do ambiente;
- j) Sensor de humidade do ambiente;

- k) Sensor de nível de combustível do gerador;
- l) Sensor de status do gerador (ligado, desligado, em falha, em funcionamento);
- m) Sensor de status das câmeras (CFTV).

4.24.11.2. Em caso de detecção de falha deverá ser aberto chamado automaticamente no sistema de gestão integrada e deve ser comunicado a CONTRATANTE por meio telefônico/e-mail.

4.24.11.3. Deverá possuir equipe de monitoramento atuando na modalidade 24x7x365.

4.24.11.4. Deverá estabelecer conexão com a rede da CONTRATANTE, via VPN, para comunicação entre o Data Center e a Central de Monitoramento da contratada.

#### 4.24.12. Sistema de Gestão Integrada

4.24.12.1. A plataforma de gestão integrada deverá ser uma ferramenta robusta para prover gerenciamento da infraestrutura, abertura de chamados, gestão de ativos, acompanhamento em tempo real dos chamados em aberto/andamento e histórico do chamados fechados através do acesso ao banco de dados, devendo possibilitar emissão de relatórios diversos, indicando a performance de atendimento ao SLA estipulado em contrato, quantidade de chamados corretivos mensais, comparativo de quantidade de corretivas mensais, emissão de relatórios, com interface WEB.

4.24.12.2. A plataforma de gestão deverá possibilitar a Contratante em tempo real, permitindo no mínimo as seguintes atividades:

##### 4.24.12.2.1. Ordens de Serviço:

- a) Abertura de chamados para as modalidades corretivas e evolutivas, com a devida classificação por prioridade (baixa, média, alta, critica), categorizando por ativo de infraestrutura e por disciplinas;
- b) Alteração de datas pré-agendadas para manutenções preventivas e preditivas;
- c) Acompanhamento do andamento da resolução da ordem de serviço aberta;
- d) Fechamento online da Ordem de Serviço após o término do atendimento e aprovação da Contratante;
- e) Avaliação do atendimento técnico pelo Contratante;
- f) Consulta em tempo real do cumprimento do SLA contratual.

##### 4.24.12.2.2. Gestão dos Ativos:

- a) Cadastro completo dos ativos de infraestrutura do ambiente crítico e dos demais ambientes contemplados no contrato;
- b) Indicação e controle do vencimento de garantia, quando aplicável;
- c) possibilitar emissão de relatório por equipamento cadastrado, demonstrando as preventivas e corretivas realizadas;

4.24.12.2.3. Base de dados e documentos (a ser avaliada a necessidade de solicitação dos documentos abaixo pela equipe de fiscalização)

a) Solução de Informação do Gerenciamento da Disponibilidade, conforme boas práticas da ITIL, ou seja, repositório virtual contendo todos os dados dos equipamentos contemplados em contrato, permitindo a Contratante possuir um banco de dados específico para auditorias, como:

- I - Manuais
- II - Desenhos técnicos
- III - Relatórios
- IV - Atas de Reunião
- V - Histórico de OS
- VI - Tutorias
- VII - Procedimentos de emergência

##### 4.24.12.2.4. Relatório

- I - Quantidade de Ordem de Serviço
- II - Modalidade (preventiva, corretiva, preditiva e evolutiva)
- III - SLAs
- IV - Severidade
- V - Por período
- VI - Por planta
- VII - Origem do chamado (abertura remota, e-mail, telefone)

#### 4.25. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais

IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA
<b>Contratação de empresa especializada em manutenção de Contêiner Data Center - CDC</b>
<b>OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO REQUISITANTE</b>
OETIC04 -Otimizar a utilização e eficiência dos recursos de infraestrutura, buscando modelos de negócio que promovam a sustentabilidade de infra, adotando soluções e ambientes de alta disponibilidade informacional, onde aplicável. OETIC03 - Promover transformação digital, alinhada aos negócios, com foco no aumento da excelência dos serviços tecnológicos, promovendo maior geração de valor pela TI.
<b>NECESSIDADE PREVISTA NO PDTI</b>
NTIC 07 - Provimento de infraestrutura adequada de TIC, objetivando o monitoramento, continuidade e contingência dos serviços de TIC. NTIC 08 - Garantia da sustentabilidade das atividades organizacionais por meio de serviços de TIC.

**AÇÃO DO PDTI**

A108 - Renovar dos contratos ou nova contratação dos objetos de TIC com término vigência em 2023

**4.26. Estimativa da demanda**

4.26.1. A estimativa da demanda para esta solução será inicialmente a prestação de serviço pelo período de 12 meses, por tratar-se de serviço continuado que manterá a infraestrutura tecnológica em condições de funcionamento adequado para os serviços oferecidos aos vários colaboradores e cidadãos que estão na instituição.

**4.27. Parcelamento da Solução**

4.27.1. A justificativa para o não parcelamento da solução deve-se ao fato de que todos os bens e serviços agrupados estão intrinsecamente relacionados. O fornecimento de tais itens por mais de uma empresa acarretaria elevado custo de administração e uma complexa rede de coordenação de diversos contratos com o mesmo objeto. Em relação ao ponto de vista técnico se torna inviável o agendamento, acompanhamento e controle da execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de várias contratadas, visto que com o modelo em grupo todos esses serviços são realizados uma única vez por uma única pessoa. Manutenções em CDCs - Container Data Centers demandam de mão de obra especializada e capacitadas a atender toda estrutura que compõe o mesmo, sendo que no âmbito da Administração Pública, tal abordagem é amplamente adotada e está amparada pelos ditames legais. Há ainda que se considerar o aspecto da economicidade pelo fator de escala no caso de um único fornecimento por grupo, em contraposição ao parcelamento do objeto no caso em tela. Pelo interesse de cada licitante em ser adjudicada vencedora do grupo, observa-se no mercado a tendência para a redução de custo unitário dos itens que compõem o objeto, na busca de oferecer o menor preço associado ao atendimento da solução completa e às exigências técnicas do Edital. Nessa esteira de entendimento, é razoável depreender que o poder de barganha na negociação com a Contratada pode aumentar ou diminuir na medida em que se negocia um quantitativo maior ou menor de manutenções e/ou materiais, causando consequentemente grande impacto na economia advinda para Administração, no caso específico deste objeto.

**4.28. Resultados e Benefícios a Serem Alcançados**

4.28.1. Busca-se com esta solução garantir a disponibilidade e segurança da informação, bem como a preservação do investimento realizado no que se refere às seguintes funções do contêiner data center:

- I - Controle de acesso;
- II - Climatização;
- III - Combate a incêndio;
- IV - Circuito fechado de TV;
- V - Supervisão e monitoramento;
- VI - Sistema de alimentação elétrica ininterrupta por gerador e UPS;
- VII - Proteção da alimentação elétrica de dados.

4.28.2. Ressaltam-se ainda, os seguintes benefícios:

- I - Eficácia: A manutenção do data center e das adequações lógicas e elétricas garante que seus sistemas e equipamentos estarão em plenas condições de operar em caso de sinistro;
- II - Eficiência: A contínua monitoração e medição dos recursos assegura seu funcionamento dentro dos parâmetros esperados;
- III - Economicidade: O custo de manutenção é mínimo se comparado ao custo de construção da sala e ao valor agregado dos ativos comportados pela mesma;
- IV - Padronização: A manutenção assegura que sua infraestrutura estará operando de acordo com as normas vigentes e boas práticas.

**5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

5.1. A demanda do HUPAA-UFAL/EBSERH tem como base as seguintes características:

5.1.1. A CONTRATADA prestará o serviço de manutenção de todos os itens que compõem o Container Data Center, em conformidade com o Anexo I Plano de Manutenção e Operação Cronograma (SEI nº 52929350), fornecendo peças para manutenção preventiva e corretiva quando necessário.

5.1.2. Por se tratar de uma solução que está em funcionamento desde 2015, é de extrema importância que as licitantes realizem a visita técnica visando minimizar seus riscos.

5.1.3. Em caso de dispensa da visita técnica, a licitante deverá proceder de acordo com o item 19.9 deste projeto básico.

**5.2. A proposta de preços deve ser apresentada considerando o seguinte:**

- 5.2.1. Proposta comercial conforme o modelo do Anexo VI - Modelo de proposta;
- 5.2.2. Anexo II (Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo) preenchido e assinado;
- 5.2.3. Anexo III (Termo de Ciência) preenchido e assinado;
- 5.2.4. Anexo IV (Dispensa de Visita Técnica) ou Anexo V (Termo de Vistoria e Sigilo) preenchido e assinado.

**6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO****6.1. Requisitos de Negócio**

- 6.1.1. O serviço deverá ser prestado por profissionais devidamente capacitados.
- 6.1.2. Em caso de interrupção de pelo menos um dos itens que integram o CDC, o início da solução deverá ser dada em no máximo 2h.
- 6.1.3. Deverá estar disponível 24x7x365.
- 6.1.4. Necessário haver um sistema de chamados que possibilite a abertura manualmente por um usuário e automaticamente pelo sistema de monitoramento.
- 6.1.5. Proporcionar menor esforço com a fiscalização da solução.

6.1.6. Garantia de todos os serviços adquiridos no contrato.

## 6.2. Requisitos tecnológicos

6.2.1. A solução deverá manter monitoramento de toda a solução por exemplo, sistema de combate a incêndio e segurança, climas, gerador dentre outros. O sistema de monitoramento deverá está instalado no próprio CDC, afim de dirimir alertas do tipo falso positivo.

6.2.2. O sistema deverá ser obrigatoriamente implantado em ambiente virtualizado, este ambiente deverá ser disponibilizado pala CONTRATANTE.

## 6.3. Requisitos de Capacitação

6.3.1. Transferência de conhecimento que busca garantir aos colaboradores do Hupaa as melhores práticas na operação do ambiente e para a correta reação nos casos de incidentes envolvendo os sistemas do Data Center.

6.3.1.1. Composição (tempo estimado por módulo 1,5 horas):

### 6.3.1.2. Módulo 1: Infraestrutura da Sala Segura

- Características e cuidados gerais da sala segura
- Estanqueidade do Data Center
- Capacidade de cabos e procedimentos de solicitação para abertura de passagem
- Abertura e cuidados com a porta Procedimentos de emergência

### 6.3.1.3. Módulo 2: Sistemas Elétricos do Data Center

- Quadros elétricos
- Características e cuidados gerais da UPS
- Configurações e cuidados com o Grupo Moto Gerador
- Manobras de transferência emergenciais

### 6.3.1.4. Módulo 3: Sistemas de Climatização

- Equipamentos de Climatização de Precisão: função e características
- Reconhecimento dos diversos tipos de alarme
- Primeiro combate ao alarme do sistema

### 6.3.1.5. Módulo 4: Prevenção, Detecção e Combate a Incêndios

- Cuidados gerais para prevenção de incêndio em Data Centers
- Sistema de Detecção Convencional
- Sistema de Detecção Precoce
- Verificação visual
- Sistema de combate via gás: funcionamento e cuidados

### 6.3.1.6. Módulo 5: Monitoramento e Controle de Acesso

- Cadastramento e gerenciamento do acesso de pessoas ao Data Center
- Acesso emergencial

6.3.2. A comprovação de que foi realizado o repasse de conhecimento será através do certificado em nome dos partícipes com a carga horária especificada e descrição no verso dos módulos abordados.

## 6.4. Requisitos Legais

6.4.1. Norma Operacional - SEI nº 3/2024/SCCEN/CAD/DAI-EBSERH, da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens, contratação de serviços em geral, bem como alterações contratuais.

6.4.2. Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 - Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

6.4.3. Regulamento de Licitações e Contratos da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares Ebserh Versão 2.0 Aprovado em 28 04 /2022.

6.4.4. Lei Nº 13.589, de 4 de janeiro de 2018, que dispõe sobre a manutenção de instalações e equipamentos de sistemas de climatização de ambientes.

6.4.5. Portaria nº 3.523/98 do Ministério da Saúde, com orientação técnica dada pela Resolução RE nº 9, de 16/01/2003, da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

6.4.6. LEI Nº 6.514, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1977, que altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo a segurança e medicina do trabalho e dá outras providências.

6.4.7. Decreto Nº 55175/2017 - Código de Segurança Contra Incêndios e Emergências de Alagoas.

## 6.5. Requisitos Temporais

6.5.1. Devido a complexidade e a possibilidade de grande investimento inicial, o contrato deverá ter vigência de 24 (vinte e quatro) meses.

6.5.2. O serviço deverá iniciar em até 10 dias após a assinatura do contrato.

6.5.3. Os primeiros 45 dias do contrato, será entendido como ambientação da contratada, destinado à correção de problemas preexistentes.

#### 6.6. **Requisitos de Segurança**

6.6.1. Normas regulamentadoras de Segurança e Saúde do trabalho, tais como NR 01, NR 04, NR 05, NR 06, NR 07, NR 10, NR 11, NR 15, NR 16, NR 17, NR 18, NR 20, NR 26, NR 35, entre outras.

#### 6.7. **Requisitos de Segurança da Informação**

6.7.1. Os serviços deverão ser prestados em conformidade com leis, normas e diretrizes de Governo Federal relacionadas à Segurança da Informação e Comunicações, além da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, bem como a todos os normativos internos da CONTRATANTE que tratam do assunto, tais como a Política de Segurança da Informação do Hupaa e da EBSEH.

6.7.2. A CONTRATADA deverá comprometer-se, por si e por seus funcionários, a aceitar e aplicar rigorosamente todas as normas e procedimentos de segurança definidos na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE.

6.7.3. A CONTRATADA, na reunião inicial, deverá entregar o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, a ser assinado pelo representante legal da CONTRATADA, e o Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados da CONTRATADA diretamente envolvidos na contratação.

6.7.4. Os profissionais em atendimento no ambiente do Hupaa, deverão se apresentar devidamente identificados.

6.7.5. A CONTRATADA deverá seguir todas as políticas, normas e suas atualizações, da CONTRATANTE, no que couber.

6.7.6. A empresa CONTRATADA deverá credenciar, junto a CONTRATANTE, seus profissionais autorizados a operar presencialmente e remotamente nos sítios da CONTRATANTE.

#### 6.8. **Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais**

6.8.1. Os profissionais em atendimento no ambiente do HUPAA, deverão se apresentar devidamente identificados e vestidos de forma adequada ao ambiente de trabalho, evitando-se o vestuário que caracterize o comprometimento da boa imagem institucional do Hospital

6.8.2. Os profissionais deverão respeitar todos os colaboradores, em qualquer posição hierárquica, preservando a comunicação e o relacionamento interpessoal construtivo.

6.8.3. A empresa CONTRATADA deverá garantir o descarte correto e seguro de todos os insumos/itens que forem removidos em manutenções, adotando práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto.

6.8.4. Deverá adotar medidas, quando couber, para atender as recomendações contidas no Capítulo III, DOS BENS E SERVIÇOS da Instrução Normativa nº 01/2010 SLTI /MPOG, com ênfase no art. 6º, bem como, o Decreto nº 9.178/2017 que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e a Lei nº 12.305/2010 que institui a política de resíduos sólidos.

6.8.5. A empresa CONTRATADA deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental de acordo com o art. 225 da Constituição Federal de 1988, em conformidade com o Art. 31 da Lei nº 13.303/16.

6.8.6. A empresa CONTRATADA deverá, no que couber, observar e atender aos requisitos de acordo com o art. 4, do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH.

6.8.7. A empresa CONTRATADA deverá no que couber, observar e atender aos requisitos de acordo com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União.

#### 6.9. **Requisitos de Manutenção**

6.9.1. A manutenção do Data Center e seus equipamentos deverá ser preventiva, corretiva e evolutiva, este último quando necessário.

6.9.2. Deverá seguir um plano de manutenção previamente estabelecido pelo CONTRATANTE.

6.9.3. Deverá contemplar o fornecimento de peças e insumos, exceto combustível (diesel para o gerador) deverá ser fornecido pela CONTRATADA.

6.9.4. Em manutenções mais complexas a CONTRATADA deverá apresentar documento de gerenciamento de riscos contendo as ações para tratamento de cada risco envolvido na atividade.

6.9.5. Ao final de cada manutenção preventiva, a contratada deverá emitir relatório, que deverá conter todas as informações necessárias para medição de pagamento.

#### 6.10. **Requisitos de Arquitetura Tecnológica**

6.10.1. Monitorar ativamente todo o ambiente do Data center;

6.10.2. Fazer Gestão Integrada para controlar chamados, ativos do data center, o sistema deverá ser disponibilizado em interface WEB;

#### 6.11. **Requisitos de Projeto e de Implementação**

6.11.1. Devido as circunstâncias, por tratar-se de uma solução implantada a mais de 5 (cinco) anos, caso haja a necessidade de substituição de qualquer que seja o componente, o qual tenha a mesma função de operação, porém que não seja da mesma marca, modelo e especificação técnica do projeto original a ser substituído, a CONTRATADA deverá elaborar o laudo técnico, cronograma, entregar as plantas e projetos e demais documentos assinados pelo preposto e os engenheiros das áreas responsáveis, tal documentação deve ser entregue via Ofício. O equipamento deverá ter capacidade igual ou superior ao do projeto original.

#### 6.12. **Requisitos de Implantação**

6.12.1. Conforme item anterior para que a implementação seja realizada, primeiramente deve ser entregues laudo técnico, cronograma, entregar as plantas e projetos e demais documentos. A autorização para realização da implantação serão realizadas pela equipe de fiscalização após avaliação da documentação entregue.

#### 6.13. **Requisitos de Garantia**

6.13.1. A garantia dos serviços consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11/09/1990 - Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.



6.13.2. A contratada deverá refazer às suas custas, em prazos definidos por acordos de nível de serviço (SLA), todos os serviços que apresentarem defeitos, erros, omissão ou quaisquer outras irregularidades constatadas pela fiscalização, inclusive com reposição de peças danificadas durante a manutenção.

6.13.3. Na substituição de materiais defeituosos, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, pelo fiscal técnico da área, sem custo adicional para a Contratante.

6.13.4. Os produtos e peças fornecidos, sempre que houver necessidade de reposição de peças oriundo do serviço de manutenção, deverão possuir garantia de fábrica mínima de 1 (um) ano, a partir do recebimento definitivo sem ressalvas do bem. A contratada deverá fornecer garantia de no mínimo 12 meses, caso o fabricante não forneça, sobre eventuais peças demandadas para manutenção dos equipamentos cobertos pelo contrato de manutenção.

6.14. Deverá ser emitida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), em conformidade com a Lei 6496 de 07 de dezembro de 1977, nos seguintes casos:

- I - Execução de obra ou Serviço;
- II - Obra ou serviço de rotina (múltipla), e;
- III - Cargo ou de função.

6.14.1. O ônus decorrente das ARTs serão de responsabilidade da CONTRATADA.

#### 6.15. **Requisitos de Metodologia de Trabalho**

6.15.1. A CONTRATADA deverá atender e executar, a prestação de serviços para as atividades listadas no Anexo I Plano de Manutenção e Operação Cronograma (SEI nº 52929350) do ambiente contêiner data center e seus sistemas componentes, por técnico especializado com supervisão do fiscal técnico responsável pela área do hospital em questão.

6.15.2. Para cada sistema descrito deverá ser gerado uma OS do tipo preventiva;

6.15.3. Cada OS preventiva que seja identificado vício no item a ser verificado deverá ser gerado uma nova OS do tipo corretiva;

### 7. **PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP**

7.1. Considerando o valor estimado no processo 23540.013513/2025-35.

7.2. Considerando o item 4.27 deste documento.

7.3. Não haverá a destinação exclusiva do certame à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, de sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, do agricultor familiar, do produtor rural pessoa física e do microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

### 8. **OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

#### 8.1. **Deveres e responsabilidades da CONTRATANTE:**

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.1.2. Proporcionar todas as condições para que a contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e deste projeto básico;

8.1.3. Prestar à Contratada, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à entrega dos materiais;

8.1.4. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.1.5. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.1.6. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.1.7. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de equipe/empregado especialmente designado;

8.1.8. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital;

8.1.9. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017;

8.1.10. A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução dos contratos decorrentes da licitação em tela, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.1.11. Cientificar a Equipe de Fiscalização Contratual para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

8.1.12. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações, inclusive de restabelecimento do reequilíbrio econômico-financeiro, e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.13. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

8.1.14. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

#### 8.2. **Deveres e responsabilidades da CONTRATADA:**

8.2.1. Executar os serviços conforme especificações deste projeto básico, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a execução dos serviços;

8.2.2. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante, independentemente de culpa ou de dolo de seus representantes legais,

prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

8.2.3. Executar os serviços com zelo, efetividade e de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela CONTRATANTE, utilizando-se materiais novos e de qualidade suficiente ao alcance dos objetivos a que se destinam, reservando-se ao CONTRATANTE o direito de recusar qualquer material ou produto que apresentarem indícios de serem reciclados, recondicionados ou reaproveitados;

8.2.4. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos neste Projeto Básico, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, bem como observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios;

8.2.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.2.6. Cumprir os prazos estipulados pelo Fiscal da CONTRATANTE. Caso haja necessidade de maior prazo, a CONTRATADA deverá formalizar imediata comunicação ao CONTRATANTE, justificando as causas e propondo novos prazos, que poderão ser aceitos ou não pelo Fiscal;

8.2.7. Conhecer as especificações técnicas e todas as instalações e sistemas que serão mantidos e reparados durante a vigência do instrumento de contrato, uma vez que a CONTRATADA terá a oportunidade de proceder à minuciosa vistoria, executando cada levantamento necessário ao desenvolvimento de seu trabalho, de modo a não incorrer em omissões as quais jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços;

8.2.8. Não modificar as especificações dos serviços sem autorização por escrito do Fiscal da CONTRATANTE. Os casos não abordados serão definidos pelo CONTRATANTE, de maneira a manter o padrão de qualidade previsto para os serviços em questão;

8.2.9. Submeter à aprovação do Fiscal da CONTRATANTE qualquer subcontratação dos serviços;

8.2.10. Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços, inclusive nos casos de subcontratação, devendo corrigir às suas expensas, os serviços que o CONTRATANTE julgar insatisfatórios, sendo a garantia a dos serviços ser de no mínimo 3 (três) meses;

8.2.11. Responsabilizar-se por quaisquer serviços executados em desacordo com as normas técnicas vigentes e pelas consequências resultantes de tais serviços;

8.2.12. Ter previsto, em sua proposta, reparos que envolvam serviços externos de terceiros, transporte de materiais entre outros;

8.2.13. Testar as instalações na presença do Fiscal da CONTRATANTE sempre que for solicitado;

8.2.14. Comunicar imediatamente ao Fiscal da CONTRATANTE qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para a adoção de medidas cabíveis, bem como, comunicar, por escrito e de forma detalhada, todo tipo de acidente que eventualmente venha a ocorrer;

8.2.15. Orientar regularmente seus profissionais acerca da adequada metodologia de otimização dos serviços, dando ênfase à economia no emprego de materiais, e à racionalização do uso de energia elétrica;

8.2.16. Executar os serviços sem prejuízo do funcionamento normal das atividades do CONTRATANTE, devendo adotar todas as medidas de proteção necessárias, com vistas ao livre trânsito das áreas;

8.2.17. Atender a quaisquer serviços de emergência, a critério da CONTRATANTE, mesmo que resulte em acréscimo de pessoal ou material, ainda que fora do horário normal de atendimento, inclusive aos sábados, domingos e feriados;

8.2.18. Os serviços que exigirem a paralisação de instalações ou que interferirem no funcionamento de algum setor do hospital deverão ser executados em horário que não dificulte o desempenho das atividades do CONTRATANTE, inclusive se necessário aos finais de semana, feriados ou fora do horário normal de expediente;

8.2.19. Executar os serviços com o máximo esmero, devendo ser imediatamente refeitos aqueles que, a juízo do Fiscal da CONTRATANTE, não forem julgados em condições satisfatórias ou forem constatados vícios, defeitos, imperfeições ou incorreções, sem que caiba qualquer acréscimo no preço;

8.2.20. Deixar, após os serviços, as instalações com bom aspecto, não sendo admitidos desalinhamentos, desleixo nas instalações que possam comprometer o funcionamento conforme os padrões especificados ou que não inspirem segurança e que sejam desagradáveis à vista e ao uso;

8.2.21. Remover entulho, sobras de materiais não utilizados e fazer a limpeza completa após a finalização dos serviços, despejando-os em local permitido pelas autoridades competentes;

8.2.22. Cuidar para que todas as áreas relacionadas aos serviços permaneçam sempre limpas e arrumadas, mantendo os materiais estocados e empilhados em local apropriado, por tipo e qualidade;

8.2.23. Recolocar em seus respectivos lugares móveis e equipamentos, quando retirados para execução de serviços;

8.2.24. Instruir os seus empregados sobre a técnica de execução dos serviços, prevenção de acidentes no trabalho e combate a incêndios;

8.2.25. Cumprir as normas de segurança constantes de disposições legais federais, estaduais e municipais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização de materiais inaceitáveis na execução dos serviços. Dar especial atenção às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego;

8.2.26. Instruir seus empregados quanto à obrigatoriedade do cumprimento das normas de segurança do trabalho. O Fiscal da CONTRATANTE poderá solicitar a paralisação dos serviços no caso dos empregados da CONTRATADA não estarem devidamente protegidos, ficando o ônus da paralisação por conta da CONTRATADA;

8.2.27. Atender às instruções da CONTRATANTE quanto à execução e horários de realização dos serviços, permanência e circulação de pessoas nas dependências do CONTRATANTE;

8.2.28. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Fiscal da CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações ou solicitações;

8.2.29. Atender com a máxima presteza as solicitações para correção de falhas, mau funcionamento e defeitos relacionados aos serviços executados;

8.2.30. Manter sigilo, não reproduzindo, divulgando ou utilizando em benefício próprio, ou de terceiros, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços;

- 8.2.31. Responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e/ou municipais, em consequência de fato a si imputável e relacionado aos serviços executados;
- 8.2.32. Responder por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente, nos locais de trabalho;
- 8.2.33. Não permitir que seus funcionários executem quaisquer outras atividades que não as atinentes ao objeto deste Projeto Básico durante o horário em que estiverem prestando o serviço, não sendo permitido que o pessoal da CONTRATADA permaneça em área que não seja relacionada ao trabalho;
- 8.2.34. Cuidar para que os serviços a serem executados acarretem a menor perturbação possível aos serviços públicos, às vias de acesso, e a todo e qualquer bem, público ou privado, adjacente ao prédio do CONTRATANTE. Também providenciará toda e qualquer sinalização e/ou isolamento das áreas de serviço;
- 8.2.35. Impedir que as vias de acesso sejam bloqueadas por equipamentos, materiais ou assemelhados;
- 8.2.36. Permitir livre acesso ao Fiscal da CONTRATANTE e a toda pessoa autorizada por ele aos locais onde estejam sendo realizados os serviços;
- 8.2.37. Interromper total ou parcialmente a execução dos trabalhos sempre que:
- 8.2.37.1. Assim estiver previsto e determinado neste termo;
  - 8.2.37.2. For necessário para execução correta e fiel dos trabalhos;
  - 8.2.37.3. Houver influências atmosféricas sobre a qualidade ou a segurança dos trabalhos;
  - 8.2.37.4. Houver alguma falta cometida pela CONTRATADA, desde que esta, a juízo do Fiscal da CONTRATANTE, possa comprometer a qualidade dos trabalhos subsequentes;
  - 8.2.37.5. Os empregados da CONTRATADA não estiverem devidamente protegidos por equipamentos de proteção coletiva ou proteção individual;
  - 8.2.37.6. O Fiscal da CONTRATANTE assim o determinar ou autorizar por escrito, mediante justificativa;
- 8.2.38. Solicitar previamente ao Fiscal da CONTRATANTE autorização para movimentar equipamentos ou modificar elementos existentes no prédio, a fim de facilitar a execução de seus serviços;
- 8.2.39. Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação dos serviços, com o fim de constatar no local a efetiva execução do serviço e verificar as condições em que ele está sendo prestado;
- 8.2.40. Nunca entrar em atrito ou confronto, de qualquer natureza, com empregados, servidores ou visitantes do Hupaa, buscando, em caso de dúvida, esclarecimentos e orientações junto ao Fiscal da CONTRATANTE;
- 8.2.41. Desenvolver todas as atividades inerentes à sua área de responsabilidade, seguindo as orientações e determinações do Fiscal da CONTRANTE, de acordo com as necessidades dos serviços;
- 8.2.42. Promover substituição de materiais, ferramentas e equipamentos não adequados ao uso nos serviços;
- 8.2.43. Assumir toda a responsabilidade e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus profissionais acidentados ou com mal súbito, por meio de seu preposto, inclusive para atendimento em casos de emergência;
- 8.2.44. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE;
- 8.2.45. Proibir o uso de qualquer dependência do CONTRATANTE como alojamento ou moradia de pessoal ou fim diverso do permitido, mesmo que transitório;
- 8.2.46. Manter os empregados nos horários predeterminados pela CONTRATANTE;
- 8.2.47. Adequar os horários de execução dos serviços, caso solicitado pela CONTRATANTE, de acordo com as necessidades ou eventos previstos por ela;
- 8.2.48. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratual sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;
- 8.2.49. Cumprir o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal/1988: “XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.”;
- 8.2.50. A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
- 8.2.51. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 8.2.52. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 8.2.53. Disponibilizar à CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 8.2.54. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados;
- 8.2.55. A CONTRATADA não poderá repassar os custos de quaisquer dos itens de uniforme e dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI aos seus empregados;
- 8.2.56. Disponibilizar à CONTRATANTE, sempre que esta solicite, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução dos serviços;
- 8.2.57. A inadimplência da CONTRATADA para com esses encargos não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do instrumento de contrato;
- 8.2.58. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;

8.2.59. Fornecer, sempre que solicitados pela CONTRATANTE, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço -FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos seus empregados;

8.2.60. Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo Fiscal da CONTRATANTE, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo;

8.2.61. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da CONTRATANTE e zelar pelo patrimônio público, bem como manter respeito para com os servidores, professores, alunos e visitantes;

8.2.62. Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequado e disponíveis para a realização do objeto da licitação;

8.2.63. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

8.2.64. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.2.65. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação;

8.2.66. Arcar com todas as despesas de estadia, alimentação, transporte, horas extras, adicionais e demais encargos inerentes à mão-de-obra;

8.2.67. Disponibilizar, para emissão e envio da Ordem de Serviço (OS), meios que possibilitem o contato imediato entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, tais com o endereço completo, números de telefone fixo, móvel, e-mail, etc;

8.2.68. Iniciar o atendimento (SOLUÇÃO) da Ordem de Serviço, emitida pela CONTRATANTE, no prazo máximo de até 12 (doze) dias;

8.2.69. Relatar ao Fiscal da CONTRATANTE a necessidade de quaisquer outros serviços não constantes da Ordem de Serviço, assim como eventuais problemas e/ou irregularidades constatados durante a execução dos serviços, cuja solução dependa de autorização para execução ou de providências por parte da CONTRATANTE;

8.2.70. Repor, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após a devida comprovação de responsabilidade, qualquer objeto da CONTRATANTE e/ou de terceiros que tenha sido danificado ou extraviado por seus empregados;

8.2.71. Designar preposto, com amplos poderes para representá-la formalmente durante a prestação dos serviços, em todos os assuntos relativos ao objeto deste Projeto Básico;

8.2.72. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.2.73. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.2.74. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;

8.2.75. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;

8.2.76. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;

8.2.77. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

8.2.78. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações;

8.2.79. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.);

8.2.80. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto n.º 5.975, de 2006, de:

8.2.80.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

8.2.80.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

8.2.80.3. florestas plantadas; e

8.2.80.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

8.2.81. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

8.2.81.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

8.2.81.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei n.º 6.938, de 1981, e legislação correlata;

8.2.81.3. Documento de Origem Florestal - DOF, instituído pela Portaria n.º 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA n.º 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

8.2.81.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento

de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

8.2.82. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

8.2.82.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

8.2.82.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

- a) resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;
- b) resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- c) resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- d) resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

8.2.82.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

8.2.82.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

8.2.83. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

8.2.83.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n.º 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

8.2.83.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n.º 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

8.2.84. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

8.2.85. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia;

8.2.86. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

8.2.87. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;

8.2.88. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

8.2.89. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

8.2.90. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto n.º 6.481, de 12 de junho de 2008;

8.2.91. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

8.2.92. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

8.2.93. Não incorrer em quaisquer das vedações previstas nos arts. 69 e 124 do RLCE 2.0.

## 9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E GESTÃO DO CONTRATO

9.1. Os serviços deverão ser realizados no endereço: **HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PROFESSOR ALBERTO ANTUNES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, Avenida Lourival Melo Mota, s/nº - Bairro Cidade Universitária, Maceió - AL, CEP 57072-900.**

9.2. Etapas da execução dos serviços:

#	ETAPA	RESPONSÁVEL	PRAZO	ATIVIDADES
1- REUNIÃO INICIAL				
				<ul style="list-style-type: none"><li>Alinhamento da compreensão do escopo;</li><li>Entendimento das</li></ul>

1	Reunião Inicial	Equipe de Fiscalização  CONTRATADA	Em até 5 dias úteis após a assinatura do contrato.	expectativas de entrega; • Entrega, por parte da CONTRATADA, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência, conforme descrito neste TR • Apresentação da infraestrutura à CONTRATADA.
<b>2 - INÍCIO DAS ATIVIDADES LOCAIS</b>				
2	Instalação do monitoramento	CONTRATADA	Em até 20 dias corridos após a assinatura do contrato	• Instalação do sistema de monitoramento; • Testes; • validação.
<b>3 - FORMA DE EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS</b>				
3	Fechamento do Faturamento Mensal	CONTRATADA	Em até 5 dias corridos subsequentes ao mês de prestação do serviço.	• Apresentação do Relatório Mensal de Manutenções;
4	Emissão do Termo de Recebimento Provisório (TRP)	Fiscal Técnico	Em até 5 dias corridos subsequentes a apresentação do relatório de diagnóstico do link e relatório dos chamados.	• Emitir o Termo de Recebimento Provisório (TRP).
5	Homologação do Relatório Mensal de Manutenções	Fiscal Técnico  Fiscal Requisitante  Gestor do Contrato	Em até 5 dias úteis subsequentes a emissão do TRP	• Validação do Relatório Mensal de Manutenções; • Retorno à CONTRATADA com resultado da homologação; • Caso não haja contestações, autoriza o Faturamento.
6	Contestação da Homologação do Faturamento, caso seja necessário	CONTRATADA  Gestor do Contrato	Em até 5 dias úteis subsequentes à homologação dos relatórios gerenciais	• Reunião de alinhamento para tratativas das possíveis discordâncias quanto à Homologação do Relatório Mensal de Manutenções; • Autoriza o Faturamento.
7	Emissão da Nota Fiscal para Faturamento	CONTRATADA	Após a autorização de Faturamento	• Emissão da Nota Fiscal de Faturamento.
8	Encaminhamento do Pagamento	Fiscal Técnico  Gestor do Contrato	Em até 3 dias úteis após a emissão da Nota Fiscal de Faturamento.	• Abertura do processo de pagamento; • Emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD); • Envio do processo de pagamento.

9.3. Durante a vigência do contrato, à critério da contratante, serão realizadas reuniões entre contratante e contratada.

9.4. **Rotinas de Execução:**

9.4.1. A realização da reunião inicial marca o início da vigência contratual, no qual a empresa CONTRATADA apresentará a equipe, os contatos técnicos, engenheiros responsáveis e preposto, forma de acesso ao sistema de gestão integrada e demais itens pertinentes ao objeto. Já a

CONTRATANTE apresentará a equipe de fiscalização, gestor, fiscal técnico, fiscal administrativo e demais informação que visem a subsidiar a ambientação e situação do Data Center.

9.4.2. O período correspondente a 60 dias após a realização da Reunião Inicial compreende ao período de ambientação/adaptação operacional que visa a identificar todos os problemas preexistentes no ambiente, elaboração do laudo técnico, apresentação e cronograma de realização dos reparos dentro do período.

9.4.3. As demandas previstas para execução do objeto, manutenção preventiva, corretiva e evolutivas serão encaminhadas e controladas as solicitações através do sistema de gestão integrada, e pelos mecanismos formais de comunicação.

9.4.4. As demandas administrativas deverão ser encaminhadas através de ofício pelo preposto e equipe de fiscalização. Enquadra-se como demandas administrativas: solicitações de informações, processo de pagamento/faturamento, notificações e demais assuntos inerentes.

9.4.5. A execução dos serviços preventivos serão executados mensalmente conforme **Anexo I Plano de Manutenção e Operação Cronograma (SEI nº 52929350)**

9.4.6. A execução dos serviços corretivos e evolutivos serão realizados sob demanda, conforme necessidade, fato ou acontecimento adversos que prejudiquem ou visem melhorar a operação do ambiente. Neste estão inclusos todas peças, insumos, equipamentos e ferramental necessário para execução sem ônus para CONTRATANTE.

9.4.7. Todos os acompanhamentos das atividades serão realizados através do sistema de gestão integrada e ofícios, quando necessário.

9.4.8. As atividades de prestação de serviços deverão ser realizadas preferencialmente em horário comercial, salvo quando agendado para horários adversos por necessidade ou para mitigar riscos, horário noturno ou finais de semana.

9.4.9. Quando a realização do serviço for agendada em data e horário específico e aceita pela equipe de fiscalização o prazo começará a correr a partir deste.

9.4.10. A entrega de materiais e equipamentos de grande porte devem ser acordados com a equipe de fiscalização e entregues em horário comercial das 07h às 17h.

## 9.5. Papéis e responsabilidades

9.5.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução contratual visam garantir a conformidade da prestação dos serviços, bem como dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, assegurando o fiel cumprimento das obrigações pactuadas. Essas atividades serão exercidas por um ou mais representantes designados pela Contratante, nos termos do art. 40 da Lei nº 13.303/2016 e do art. 161 do RLCE 2.0 da Ebserh.

9.5.2. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual compreendem um conjunto de ações destinadas a:

9.5.2.1. Aferir o cumprimento dos resultados previstos para o serviço contratado; b) Verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas; c) Apoiar a instrução processual e encaminhar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização de procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio econômico-financeiro, prorrogação, pagamento, aplicação de sanções, extinção do contrato, entre outros aspectos.

9.5.3. As atividades de fiscalização estão organizadas da seguinte forma:

9.5.3.1. Gestão da Execução do Contrato: É a coordenação das atividades de fiscalização técnica e administrativa, bem como dos atos preparatórios para instrução processual e encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos.

9.5.3.2. Fiscalização Técnica: Consiste no acompanhamento da execução do objeto contratado, verificando se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão em conformidade com os indicadores de desempenho estabelecidos no edital, para fins de pagamento conforme os resultados. A fiscalização técnica pode ser complementada pela avaliação do público usuário.

9.5.3.3. Fiscalização Administrativa: Refere-se ao acompanhamento do cumprimento das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, além da adoção de providências tempestivas nos casos de inadimplemento por parte da contratada.

9.5.3.4. Fiscalização Setorial: Aplica-se nos casos em que a prestação dos serviços ocorre simultaneamente em setores distintos ou unidades descentralizadas da mesma entidade, exigindo a designação de fiscais setoriais.

9.5.3.5. Fiscalização pelo Público Usuário: Consiste na avaliação da execução contratual por meio de pesquisas de satisfação realizadas junto aos usuários, com o objetivo de aferir a qualidade dos serviços prestados e dos recursos empregados pela contratada.

9.6. Nos casos em que a contratação exigir fiscalização setorial, a entidade deverá designar representantes nesses locais para desempenharem essa função.

9.7. As atividades de gestão e fiscalização devem ser exercidas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser conduzidas por empregados públicos, servidores ou equipe de fiscalização. Deve-se garantir que essas atribuições sejam distintas e que o volume de trabalho não comprometa o desempenho das atividades de gestão do contrato.

9.8. A fiscalização administrativa poderá ser realizada com base em critérios estatísticos, priorizando falhas que impactem a execução global do contrato, em detrimento de erros ou falhas eventuais relacionadas ao pagamento de indivíduos específicos.

9.9. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por funcionários, equipe de fiscalização ou único funcionário, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à gestão do contrato.

9.10. Nos termos do art. 161, *caput*, do RLCE 2.0, será designada Equipe de Fiscalização do Contrato - EFC com o objetivo de garantir a observância dos direitos e o cumprimento das obrigações pactuadas, bem como a obediência à legislação pertinente.

9.10.1. Nos termos do art. 164, § 6º, do RLCE 2.0, caso haja Ordem de Fornecimento com valor superior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a EFC deverá ser formada com pelo menos três membros titulares, sendo um necessariamente representante da unidade requisitante.

9.11. A EFC e a empresa a ser contratada utilizarão os seguintes mecanismos de comunicação: reuniões remotas (videochamada/videoconferência) de trabalho, telefones, mensagens eletrônicas (e-mail) e/ou correspondências oficiais, adotando o critério de razoabilidade para definir o meio utilizado e respeitando a formalização devida.

9.12. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste projeto básico e devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

9.13. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das falhas, faltas e irregularidades constatadas.

9.14. Em hipótese alguma, será admitido que a própria contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

9.15. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas neste projeto básico.

9.16. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação.

9.17. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste projeto básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

9.18. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

9.19. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste projeto básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no RLCE 2.0.

9.20. A gestão e fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos.

9.21. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento descrito no item 10 deste projeto básico, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

9.21.1. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

9.21.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.22. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços;

9.23. A medição da qualidade do serviço não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

9.24. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

9.25. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

9.26. Em hipótese alguma será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

9.27. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

9.28. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

9.29. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

9.30. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, conforme a legislação vigente.

9.31. Quando a contratação exigir fiscalização setorial, o órgão ou entidade deverá designar representantes nesses locais para atuarem como fiscais setoriais.

9.32. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

9.33. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

#### 9.34. **Mecanismos formais de comunicação**

9.34.1. A comunicação formal deverá ser feita preferencialmente por Ofício, ou quando o caso requeira maior celeridade poderá ser feita por e-mail para os representantes legais e/ou preposto, desde que utilizada a confirmação de recebimento e/ou leitura.

9.34.2. O encaminhamento de demandas/chamados deverá ser feito por meio do sistema de ITSM, fornecido pela CONTRATADA.

9.34.3. Para prover maior fluidez na comunicação entre a equipe técnica, os profissionais da CONTRATADA também deverão estar disponíveis a responder questionamentos e fornecer informações e opiniões técnicas por meio de e-mail, SEI, MS Teams, telefone e outros meios de comunicação a critério da CONTRATANTE. Neste caso, sempre que possível, o Preposto e o Supervisor Técnico de Serviços deverão estar copiados para acompanhamento das solicitações/demandas.

9.34.4. Os mecanismos de comunicações citados neste item não irão caracterizar subordinação.

#### 9.35. **Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle**

9.35.1. Os serviços serão aceitos conforme análise do Relatório Mensal de Manutenções, e aplicação dos ajustes apontados no NMA.

#### 9.36. **Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança**

9.36.1. A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.



9.36.2. O **Termo de Compromisso**, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, e **Termo de Ciência**, a ser assinado por todos os empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS II e III.

10. **CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

10.1. **DA AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

10.1.1. A CONTRATADA deverá emitir mensalmente relatórios contendo o detalhamento das atividades de manutenção realizadas durante o mês de referência a ser faturado.

10.1.2. O Relatório de Atividades deverá ser emitido mensalmente pelo representante da CONTRATADA, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, contendo, no mínimo:

- a) Identificação do Relatório de Atividades;
- b) Data da emissão;
- c) Número do contrato;
- d) Número de atendimentos realizados no mês de referência;
- e) Número de chamados em aberto;
- f) Número de chamados concluídos;
- g) Descrição do incidente ou pane e o correspondente detalhamento da solução aplicada, inclusive com a relação das peças/equipamentos e componentes substituídos;
- h) Descrição detalhada da manutenção preventiva, com a relação dos serviços e materiais utilizados, de acordo com o Plano de Manutenção apresentado pela empresa e aprovado pela fiscalização.
- i) Registro com fotos

10.1.3. Mensalmente, a CONTRATANTE realizará a mensuração do nível de atendimento dos serviços contratados, por meio de análise dos relatórios de atividades emitidos pela CONTRATADA.

10.1.4. A medição deverá ser realizada compreendendo o período entre o primeiro dia e o último dia do mês, exceto no mês de assinatura do contrato, no qual a medição compreenderá os serviços realizados entre a data de assinatura do instrumento contratual e o último dia do mês, bem como no último mês de vigência do contrato, em que se medirá o serviço prestado entre o primeiro dia deste mês e a data de vencimento do contrato.

10.1.5. NMA – Nota Mensal de Avaliação será definida conforme a tabela seguir:

NMA – Nota Mensal de Avaliação

NMA - NOTA MENSAL DE AVALIAÇÃO			
NMA	ANS FORA DO PRAZO (SOBRE O TOTAL DE CHAMADOS DO MÊS) CONFORME TABELA 2.	NÚMERO DE REINCIDÊNCIA DE INTERVENÇÕES EM UM EQUIPAMENTO OU OCORRÊNCIA, EM UM INTERVALO DE 90 DIAS	OCORRÊNCIA CONCOMITANTE
Ótimo	Nenhum atraso	0	Nenhum atraso e nenhuma reincidência
Bom	Atraso em 1 dos chamados (se houver)	1	(Atraso em 1 dos chamados) OU (1 reincidência)
Regular	Atraso em 2 chamados (se houver)	2	(Atraso em 2 chamados E 1 reincidência) OU (Atraso em 1 chamado E 2 reincidências)
Ruim	Atraso em 3 a 5 chamados (se houver)	3	(Atraso em 2 chamados E 1 reincidência) OU (Atraso em 1 chamado E 2 reincidências)
Péssimo	Atraso em 6 chamados ou mais (se houver) Ou Não realização de manutenção preventiva no mês programado, em pelo menos um item.	4 ou mais	(Atraso em 3 chamados OU mais) E (3 reincidências OU mais) Ou Não realização de manutenção preventiva no mês programado, em pelo menos um item.

10.1.6. A NMA será definida por uma das colunas da tabela acima. Será utilizada como referência do mês a pior NMA obtida.

10.1.7. Os níveis de serviço referem-se ao prazo de atendimento (PA) e ao tempo para reparo (TR), sendo considerados na execução do contrato três níveis, conforme tabela a seguir:

ANS: Prazo de atendimento (PA) e ao tempo para reparo (TR)

NÍVEL	PRAZO DE ATENDIMENTO (PA)	TEMPO DE REPARO (TR)	DESCRIÇÃO DOS PROBLEMAS
Urgentíssimo	30 (trinta) minutos	4 (quatro) horas para resolução de incidentes	Que causem o travamento da porta
Urgente	2 (duas) horas	8 (oito) horas para resolução de incidentes	Em geral
Normal	2 (duas) horas	72 (setenta e duas) horas para	Que impliquem na substituição de equipamentos de grande

		resolução de incidentes	porte como o ar-condicionado e o tanque de gás refrigerante
--	--	-------------------------	---

- 10.1.8. O prazo de atendimento de cada chamado, para fim de aferição, será medido individualmente.
- 10.1.9. A avaliação da NMA ocorrerá após a entrega do relatório das atividades de manutenção executadas pela CONTRATADA.
- 10.1.10. A CONTRATANTE deverá apresentar a NMA à CONTRATADA mediante relatório descrito no item 10.1.4
- 10.1.11. A CONTRATADA poderá se manifestar, no prazo de 5 dias, para apresentar defesa em caso de avaliações que resultem em penalidades.
- 10.1.12. A CONTRATANTE deverá avaliar a defesa e, em resposta, emitir documento contendo o NMA final, que poderá ser utilizado para aplicação de sanção.
- 10.1.13. O documento, contendo a avaliação final, deverá ser encaminhado mensalmente ao preposto da CONTRATADA e nele deverá incluir:
- a) NMA obtida e descritivo do monitoramento dos critérios de avaliação que contribuíram para essa nota;
  - b) Penalidades aplicadas conforme a NMA obtida (se houver);
  - c) Recomendações técnicas, administrativas e gerenciais para o próximo período e demais informações relevantes para a gestão contratual (se houver).
- 10.1.14. A não apresentação da defesa, por parte da CONTRATADA, em relação à NMA informada pelo Hospital Universitário Professor Alberto Antunes – Hupaa, dentro do prazo estipulado de 5 (cinco) dias úteis, implicará na plena aceitação, pela CONTRATADA, da NMA aferida, devendo esta ser utilizada para fins de aplicação de sanções.
- 10.1.15. As penalidades por NMA estão sintetizados na tabela a seguir:

Penalidades por NMA

NMA	PENALIDADES
Ótimo	Isento
Bom	Isento
Regular	Notificação
Ruim	Notificação e glosa
Péssimo	Multa

## 10.2. DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ACEITE DOS SERVIÇOS EXECUTADOS

### 10.2.1. Condições de Aceite:

- 10.2.1.1. Os trabalhos serão acompanhados e auditados por profissionais da CONTRATANTE, que se certificarão do atendimento dos objetivos definidos e a conformidade com as normas e melhores práticas pertinentes.
- 10.2.1.2. Os serviços contratados deverão obedecer aos Níveis Mínimos de Serviços especificados neste projeto básico.

### 10.2.2. Mediante Termo, os serviços serão recebidos:

- 10.2.2.1. PROVISORIAMENTE, pelo(s) servidor(es) responsável(eis) designado pela CONTRATANTE para acompanhamento e fiscalização, conforme etapa 03 do item 9.2 deste projeto básico.
- 10.2.2.2. DEFINITIVAMENTE, pelo(s) servidor(es) responsável(eis) designado(s) pela CONTRATANTE, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, conforme etapa 03 do item 9.2 deste projeto básico.
- 10.2.2.3. A CONTRATADA deverá observar os prazos estabelecidos nos Níveis Mínimos de Serviços. Caso esse prazo já tenha sido extrapolado, a CONTRATADA sujeitar-se-á às penalidades previstas.
- 10.2.2.4. A entrega do serviço, pela CONTRATADA, e o recebimento, pela CONTRATANTE, não implica em sua aceitação.
- 10.2.2.5. O Aceite Provisório ou Definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do fornecimento, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos em Lei.
- 10.2.2.6. Eventuais erros que sejam detectados posteriormente serão reportados em Ordem de Serviço especial para itens em garantia, a qual não implicará em ônus para a CONTRATANTE
- 10.2.2.7. A entrega do relatório de atividades de manutenção é item condicionante para realização do aceite

## 10.3. DAS GLOSAS POR NÍVEL DE SERVIÇO

- 10.3.1. Mensalmente, de acordo com a Nota Mensal de Avaliação (NMA) obtida, e garantida prévia defesa à CONTRATADA, o Hospital Universitário Professor Alberto Antunes – Hupaa aplicará as seguintes penalidades à CONTRATADA:
- 10.3.1.1. Sempre que a **NMA for REGULAR** – a CONTRATADA receberá uma **notificação** escrita;
  - 10.3.1.2. Sempre que a **NMA for RUIM** – a CONTRATADA receberá uma **notificação** escrita e **glosa de 5% (cinco por cento)** sobre o valor faturado do mês referente à NMA que gerou a glosa;
  - 10.3.1.3. Sempre que a **NMA for PÉSSIMO** – a CONTRATADA receberá multa de **10% (dez por cento)** sobre o valor faturado do mês referente à NMA que gerou a multa;
  - 10.3.1.4. Sempre que a CONTRATADA acumular duas notificação escritas decorrentes dos subitens nº 11.3.1.1 e/ou 11.3.1.2, receberá multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor faturado do mês referente à última NMA que gerou a multa, sem prejuízo da aplicação da glosa prevista no subitem nº 11.3.1.2. Após a devida quitação, o contador de notificação será zerado;
- 10.3.2. Quando a CONTRATADA receber quatro multas no decorrer de um ano, ensejará em abertura de processo administrativo para avaliação de inexecução contratual.
- 10.3.3. As deduções de valores relativos a multas e glosas deverão, preferencialmente, ser efetuadas na fatura do mês da apuração da NMA

que motivou a aplicação da penalidade financeira.

10.3.4. Se, ao término do contrato, após o pagamento da última fatura, ainda houver penalidade financeira a aplicar, o valor de tal penalidade será descontado da garantia contratual.

#### 10.4. DO PAGAMENTO

10.4.1. Os pagamentos serão realizados em conformidade com os materiais efetivamente entregues, até o 20º (vigésimo) dia útil após o recebimento da Nota Fiscal, por intermédio de crédito em conta corrente.

10.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.4.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras; nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.4.4. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF e nas demais certidões de regularidade para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação.

10.4.5. Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa; o prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, por solicitação da Contratada, a critério da Contratante.

10.4.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.4.7. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.4.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF e demais certidões de regularidade.

10.4.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.4.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime; no entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.4.11. A Ebserh não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada que porventura não tenha sido acordada no contrato.

10.4.12. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo de correção monetária.

#### 10.5. ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR

10.5.1. Durante a verificação da conformidade na entrega dos serviços, deverá ser aplicado o seguinte Índice de Medição de Resultados - IMR:

**Tabela 5 - Índice de Medição de Resultados - IMR**

<b>Indicador nº 1 - Entrega tempestiva do monitoramento</b>	
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
<b>Finalidade</b>	Garantir a entrega do sistema de monitoramento
<b>Meta a cumprir</b>	O prazo de entrega dos serviços será de 20 (vinte) dias corridos, sendo contado após recebimento da Ordem de Fornecimento
<b>Instrumento de medição</b>	Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho Documento com o registro da entrega dos materiais na unidade contratante
<b>Forma de acompanhamento</b>	Pela documentação comprobatória
<b>Periodicidade</b>	Ocorrerá apenas uma vez
<b>Mecanismo de cálculo</b>	(Dias percorridos) = (Data de entrega do monitoramento) - (data de recebimento da Ordem de Fornecimento) * excluído o dia de início da contagem do prazo e incluído o dia do recebimento do monitoramento ** ex.: no caso de uma Ordem de Fornecimento enviada e recebida em 01/04/2022, com a entrega do monitoramento realizada em 22/04/2022, o cálculo será: (22/04/2022 - 01/04/2022= 21 dias percorridos) *** a quantidade de dias percorridos será comparada com o prazo de entrega estabelecido, de forma a identificar a eventual incidência de dias de atraso na entrega
<b>Início da vigência</b>	Data da assinatura da ata do contrato
<b>Faixas de ajuste no pagamento</b>	a) Cumprido o prazo de entrega do monitoramento: 100% do valor da Ordem de Fornecimento b) Atraso de até 10 dias: 97% do valor da Ordem de Fornecimento c) Atraso entre 11 e 20 dias: 94% do valor da Ordem de Fornecimento d) Atraso acima de 20 dias: 90% do valor da Ordem de Fornecimento
<b>Sanções</b>	O atraso acima de 20 dias requer a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual, ficando a empresa contratada sujeita à aplicação das sanções listadas neste projeto básico.
<b>Observações</b>	Caso a Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho seja entregue parcialmente, o cálculo do IMR irá incidir sobre a parcela não adimplida As faixas de ajuste no pagamento indicam a realização de glosa diretamente na Nota Fiscal/Fatura, não sendo necessária a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual para efetuar esse desconto

10.6. Nos termos do artigo 19, inciso III, da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 10.6.1. Não produziu os resultados acordados;
- 10.6.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 10.6.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 10.6.4. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 10.6.5. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 10.6.6. O IMR poderá ser revisto, durante a vigência contratual, para ajuste fino, desde que essa alteração:
  - 10.6.6.1. não implique acréscimo ou redução do valor contratual além dos limites de 25% (vinte e cinco por cento), permitidos pelo art. 177 do RLCE 2.0;
  - 10.6.6.2. não configure descaracterização do objeto contratado.

## 11. DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇO

11.1. A contratação dos serviços técnicos de manutenção preventiva, corretiva e evolutiva da solução de Contêiner Data Center – CDC do HUPAA/UFAL é necessária para garantir a continuidade, a segurança e o desempenho da infraestrutura de tecnologia da informação do hospital.

11.2. Trata-se de serviço técnico especializado, ofertado no mercado de forma padronizada, com preços definidos conforme metodologias próprias e protocolos técnicos. Assim, não se aplica a exigência de planilha detalhada de custos, bem como de detalhamento de taxa de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) e encargos sociais, uma vez que os valores levantados com as empresas do mercado não consideraram um detalhamento específico destas taxas e encargos, sendo itens já presentes no valor proposto, algo que se replica a contratações similares avaliadas na etapa de pesquisa de preços, o que indica uma prática do mercado de empresas proponentes do serviço. Assim, visando maior disponibilidade de fornecedores e utilização de termos que estejam compatíveis com a prática de mercado, está sendo dispensada a entrega de modelo específico com detalhamento de custos diretos e indiretos, bem como de encargos sociais.

11.3. A vantajosidade da contratação será aferida por meio de pesquisa de preços junto ao mercado, em conformidade com o Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, assegurando economicidade, eficiência e compatibilidade com os valores praticados no setor.

## 12. FORMA DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

12.1. O procedimento de aquisição será conduzido através de modalidade de licitação denominada Pregão, na forma eletrônica, em portais de compras de acesso público na internet, de acordo com o Inciso IV, art. 4º, do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0.

## 13. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1. Os serviços a serem contratados foram avaliados previamente pela Equipe de Planejamento da Contratação (EPC), que identificou expressamente não se enquadrar na hipótese principal de vedação de execução indireta prevista no Art. 4º do Decreto 9.507/2018, pois, não são atribuições de profissionais integrantes do Plano de Cargos e Salários da EBSEH:

*"Art. 4º Nas empresas públicas e nas sociedades de economia mista controladas pela União, **não serão objeto de execução indireta os serviços que demandem a utilização, pela contratada, de profissionais com atribuições inerentes às dos cargos integrantes de seus Planos de Cargos e Salários**, exceto se contrariar os princípios administrativos da eficiência, da economicidade e da razoabilidade, tais como na ocorrência de, ao menos, uma das seguintes hipóteses:"*  
(Grifo Nosso)

13.2. Portanto, não há óbice à contratação de empresa terceirizada para execução do objeto proposto.

13.3. Os serviços previstos para consecução do objeto têm sua execução sob a égide da Lei 5.194/66, tratando-se, portanto, de Serviço ou Obra de Engenharia:

*"Art. 7º As atividades e atribuições profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro-agrônomo consistem em:*  
[...]  
*g) execução de obras e serviços técnicos;"*

13.4. Em complemento, fazemos menção as definições do Instituto Brasileiro de Obras Públicas - IBRAOP, que definiu em sua Orientação Técnica 002/2019:

*"Serviço de Engenharia é toda a atividade que necessite da participação e acompanhamento de profissional habilitado conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194/66, tais como: consertar, instalar, montar, operar, conservar, reparar, adaptar, manter, transportar, ou ainda, demolir. Incluem-se nesta definição as atividades profissionais referentes aos serviços técnicos profissionais especializados de projetos e planejamentos, estudos técnicos, pareceres, perícias, avaliações, assessorias, consultorias, auditorias, fiscalização, supervisão ou gerenciamento.*

*Para efeito desta Orientação Técnica, conceitua-se:*

*4.1 - Adaptar: transformar instalação, equipamento ou dispositivo para uso diferente daquele originalmente proposto. Quando se tratar de alterar visando adaptar obras, este conceito será designado de reforma.*

**4.2 - Consertar: colocar em bom estado de uso ou funcionamento o objeto danificado; corrigir defeito ou falha.**

**4.3 - Conservar: conjunto de operações visando preservar ou manter em bom estado, fazer durar, guardar adequadamente, permanecer ou continuar nas condições de conforto e segurança previsto no projeto.**

*4.4 - Demolir: ato de por abaixo, desmanchar, destruir ou desfazer obra ou suas partes.*

*4.5 - Instalar: atividade de colocar ou dispor convenientemente peças, equipamentos, acessórios ou sistemas, em determinada obra ou serviço.*

**4.6. - Manter: preservar aparelhos, máquinas, equipamentos e obras em bom estado de operação, assegurando sua plena funcionalidade.**

4.7- Montar: arranjar ou dispor ordenadamente peças ou mecanismos, de modo a compor um todo a funcionar. Se a montagem for do todo, deve ser considerada fabricação.

4.8 - Operar: fazer funcionar obras, equipamentos ou mecanismos para produzir certos efeitos ou produtos.

**4.9 - Reparar: fazer que a peça, ou parte dela, retome suas características anteriores. Nas edificações define-se como um serviço em partes da mesma, diferenciando-se de recuperar.**

4.10- Transportar: conduzir de um ponto a outro cargas cujas condições de manuseio ou segurança obriguem a adoção de técnicas ou conhecimentos de engenharia."

13.5. Com vistas à complexidade dos serviços de engenharia, temos que a necessidade se enquadra na característica de serviço comum de engenharia, dentro da definição estabelecida pela Lei 14.133/2021:

"Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XII - obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;

XXI - serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do **caput** deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:

**a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;**

b) serviço especial de engenharia: aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição constante da alínea "a" deste inciso;"

(Grifo Nosso)"

13.5.1. Todos os serviços propostos para atendimento da demanda estão voltados para as atividades de manutenção, reparo, conservação e instalação e detêm características simplificadas de execução, podendo ser definidos através dos cadernos de especificações, manuais de fabricantes, bem como poderão ser especificados no Projeto Básico e seus anexos. **Portanto, a contratação resta enquadrada como de serviços comuns de engenharia.**

13.6. O objeto da contratação é classificado como **prestação de serviços contínuos**, em conformidade com o Art. 149 Inciso I do RLCE:

"Art. 149. O contrato terá sua duração definida de acordo com as seguintes formas de contratação:

I - Contratação continuada ou prestação de serviços contínuos, nas situações em que a necessidade permanente ou prolongada do objeto impõe à parte contratada o dever de realizar uma conduta que se renova ou se mantém no decurso do tempo durante a vigência contratual;"

13.6.1. Tal enquadramento é baseado na necessidade continuada de manutenção dos equipamentos abrangidos pelo contrato, classificados como essenciais ao funcionamento do HUPAA conforme justificativas pormenorizadas no Item 2 deste Projeto Básico.

13.6.2. A falta do serviço objeto desta contratação pode trazer danos irreparáveis ao hospital, representados pela perda de produção associada à paralisação dos serviços públicos prestados.

13.7. A seleção do fornecedor se dará por **Pregão Eletrônico**, em conformidade com o Art. 4º do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH e com os Arts. 6º e 29 da Lei 14.133/2021:

"Art. 4º Nas licitações e contratos deve-se observar o planejamento de aquisições da Ebserh e as seguintes diretrizes:

[...]

IV - **adoção preferencial da modalidade de licitação denominada Pregão, na forma eletrônica**, em portais de compras de acesso público na internet;"

"Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

[...]

Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, **exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea "a" do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei.**

(Grifo Nosso)

13.8. O modo de disputa será **Aberto**, em conformidade com os Art. 51 e 52 do RLCE:

"Art. 51. Poderão ser adotados os modos de disputa aberto ou fechado, ou, quando o objeto da licitação puder ser parcelado, a combinação de ambos.

Art. 52. No modo de disputa aberto, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes, conforme o critério de julgamento adotado."

13.9. O critério de julgamento será o **Menor Preço**, em conformidade com o Art. 54, Inciso I do RLCE:

" Art. 54 Poderão ser utilizados os seguintes critérios de julgamento:

I - Menor Preço;

**II - Maior Desconto;"**

(Grifo Nosso)

13.10. O intervalo mínimo entre lances será de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

13.11. O regime de execução será a **Contratação por Preço Global**, prevista no Art. 8º. do RLCE:

II - Contratação por Preço Global, quando for possível definir previamente, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados."

13.11.2. Havendo ainda a necessidade de definição do regime de execução, para o caso concreto, em se tratando de serviço que envolve manutenção, conservação e reparos em estrutura predial existe uma variabilidade intrínseca aos quantitativos definidos no projeto básico que, no caso de contratação por preço global, pode trazer prejuízos à administração.

13.12.1. Para participação neste Pregão deverão ser observados:

e) o previsto no art. 4º, inciso VI, do RLCE 2.0:

(...

I - observância de políticas de compras sustentáveis, de relacionamento com fornecedores, de integridade, de transação com partes relacionadas, de proteção de dados pessoais e outras políticas aprovadas no âmbito da Ebserh, que guardem pertinência com o objeto da contratação....)

13.13.1. Deverão ser observados os requisitos de habilitação definidos no art. 65 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0, bem como os definidos no Edital, tais como:

13.14.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.14.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 48, de 2018, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>:

13.14.3. No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

13.14.4. No caso de sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz:

13.14.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores:

13.14.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971;

13.14.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

13.14.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações relevantes ao objeto desta Licitação e à composição societária atual da empresa ou da última consolidação.

13.15.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

13.15.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.15.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

13.15.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

13.15.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943:

13.16.1. De acordo com o previsto no Edital.

13.17.1. Considerando que a solução em questão (CDC) é um conjunto de equipamentos de de alta complexidade, de alto custo, e que sua

operacionalização por pessoa não qualificada poderá causar fortes impactos ao Hupaa, possibilitando inclusive uma parada inesperada de todos os serviços de TIC hospedados no CDC. Desta forma justifica-se a exigência das qualificações técnicas abaixo.

13.17.2. Considerando que a maior parte dos componentes de alto custo que compõem a solução estão relacionados a infraestrutura (climatização/mecânica/elétrica) e que a operação de manutenção em casos de remoção equipamento de grande porte há a necessidade de aferir se os requisitos de segurança do trabalho estão adequados a execução, faz-se necessário que a empresa contratada tenha em seu quadro de funcionários colaboradores com os seus respectivos registros de conselho de classe.

13.17.3. **Com isso as licitantes deverão apresentar os seguintes documentos para cumprimento de sua qualificação técnica:**

13.17.3.1. **Registro ou inscrição no Conselho de Engenharia e Agronomia - CREA competente da região a que estiver vinculada a licitante, que apresente situação de regularidade e comprove atividade relacionada com o objeto da presente licitação.**

13.17.3.2. **Atestado de capacidade técnica referente a serviços de manutenção preventiva, programada e corretiva de Data Center com respectiva Certidão de Acervo Técnico - CAT emitido pelo CREA, comprovando que possui profissionais responsáveis técnicos, dentro da suas respectivas atribuições, com experiência anterior compatível em características, de serviços de manutenção preventiva, programada e corretiva de Data Center Modular Outdoor, Container Data Center, ou similar, com instalação "outdoor" (externa), e os principais sistemas que compõem a solução, características pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, de acordo com as especificações e quantidades (em pelo menos 50%) estabelecidas a seguir, e em prazos compatíveis com o objeto da presente licitação.**

a. O(s) atestado(s) de capacidade técnica apresentados devem ser entregues em papel timbrado da empresa contratante e a via original, contendo as seguintes informações básicas:

- Nome do contratado e do contratante;
- Nome completo e telefone de contato do responsável pelo contrato na contratante (responsável pelo atestado);
- Identificação do contrato (tipo ou natureza do serviço);
- Vigência do contrato;
- Local da execução dos serviços;
- Descrição dos serviços executados e parecer do contratante quanto à qualidade do serviço prestado.

b. Manutenção em Data Center Modular Outdoor / Contêiner Data Center aderente à norma NBR 10636, conforme especificações e quantitativos descritos neste edital, que inclui:

- Sistema de Climatização de Precisão com capacidade de 18,5 kW (50% do total);
- Sistema de UPS com capacidade 20 KVA (50% do total);
- Sistema de Grupo Gerador com potência de 180 KVA (50% do total);
- Manutenção em sistema de detecção e combate a incêndio conforme a Norma NBR 17.240;
- As licitantes deverão comprovar a capacidade técnica em manutenções preventivas e corretivas nos principais equipamentos (ou similares) que compõem a solução sendo, UPS, sistema de ar condicionado de precisão, sistema de predição a incêndio e motor grupo gerador.
- As quantidades mínimas exigidas visam guardar proporcionalidade com o porte e complexidade das instalações a serem mantidas, considerando apenas os subsistemas mais críticos e relevantes para o funcionamento do Data Center.

13.17.3.3. **Declaração formal de que disporá, por ocasião da futura contratação, de todas as instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual.**

13.17.4. Atestado(s) de capacidade técnica apresentado(s) pela licitante para comprovação de sua qualificação técnica, além de possuir informações técnicas e operacionais suficientes para qualificar o escopo realizado, deverá(ão) conter dados que possibilitem a CONTRATANTE, por intermédio de seu Agente de Licitação, caso julgue necessário, confirmar sua veracidade junto ao cedente emissor, como por exemplo: número e período de vigência do contrato, especificação do serviço executado, nome, cargo e telefone institucional para contato junto ao emitente.

13.17.5. A Licitante deverá declarar que está em condições de fornecer todas as peças novas e originais necessárias à manutenção do CDC, atendendo aos prazos e em conformidade com as especificações constantes no presente projeto básico.

13.17.6. Não serão aceitos atestados referentes à manutenção de "salas seguras" ou "salas-cofre" de instalação interna ou similares de construção externa em alvenaria, que não guardam similaridade e cuja manutenção difere, em nível de complexidade, dos serviços exigidos no Objeto deste edital.

13.17.7. A justificativa para as exigências acima são corriqueiras e de conhecimento das empresas prestadoras deste tipo de serviço. A experiência exigida é necessária visando a adequada manipulação dos equipamentos que a solução requer, pois trata-se de equipamentos que fazem a sustentação da rede de comunicação, servidores de aplicação, incluindo o AGHU, servidores de banco de dados. Assim a manipulação incorreta dos equipamentos que o compõe traria paradas não planejadas de sistemas prejudicando principalmente a assistência aos pacientes.

13.18. **Critérios de Qualificação Técnica-Profissional para a Habilitação**

13.18.1. **Para comprovação da capacidade técnica profissional, a licitante deverá comprovar, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:**

13.18.1.1. Engenheiro eletricista ou profissional igualmente habilitados que realizará o acompanhamento das atividades técnicas relacionados a parte elétrica com fornecimento ininterrupto: geração de energia (Potência 150KVA), armazenamento (UPS - 60KVA), quadros elétricos, entrada de energia da concessionária (Potência 380V) e demais itens que enquadram-se nesta categoria.

13.18.1.2. Engenheiro mecânico ou profissional igualmente habilitado essencial para acompanhamento das demandas realizadas pelos técnicos relacionados a parte de automação dos sistemas, climatização, parte mecânica do gerador, sistema de monitoramento e demais

sistemas que enquadram-se em objeto similar ao pretendido nesta contratação.

13.18.2. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

13.18.3. No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela fiscalização.

13.18.4. As quantidades mínimas exigidas visam guardar proporcionalidade com o porte e complexidade das instalações a serem mantidas, considerando apenas os subsistemas mais críticos e relevantes para o funcionamento do Data Center.

13.19. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.

#### 14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Ebserh poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

14.2. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

14.3. Multa de:

14.3.1. 0,1% (um décimo por cento) até 20% (vinte por cento) por dia sobre o valor anual em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

14.3.2. 0,1% (um décimo por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor anual, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

14.3.3. 0,1% (um décimo por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor anual, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

14.3.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

14.3.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor anual do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

14.3.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

14.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

14.5. As sanções previstas nos subitens 14.2 - Advertência por escrito e 14.4 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh, por prazo não superior a 2 (dois) anos, poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

14.6. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**Tabela 2**

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos	



9	<i>nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;</i>	03
10	<i>Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;</i>	01
11	<i>Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA</i>	0

14.7. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

- 14.7.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 14.7.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.7.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;
- 14.7.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 14.7.5. apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- 14.7.6. ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- 14.7.7. não mantiver a proposta;
- 14.7.8. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 14.7.9. comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

14.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto no RLCE 2.0 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999, não podendo o prazo concedido para apresentação de defesa prévia ser inferior a 10 (dez) dias úteis.

14.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados à contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Ebserh, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão cobrados judicialmente.

14.10. Caso a contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Ebserh, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

14.12. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

14.13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.15. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela Ebserh deverão ser registradas e publicadas no Sicaf. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de que trata a Lei nº 12.846/2013.

14.16. Para fins de dosimetria na aplicação de Sanção Administrativa será utilizada a seguinte tabela:

14.17. Dosimetria na aplicação da penalidade de impedimento de licitar, contratar e multas:

Irregularidade	Sanção
Fraudar na execução do contrato.	Pena - Impedimento do direito de licitar e contratar com a Ebserh pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.
Comportar-se de modo inidôneo.	Pena - Impedimento do direito de licitar e contratar com a Ebserh pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.
Cometer fraude fiscal.	Pena - Impedimento do direito de licitar e contratar com a Ebserh pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.
Atraso na entrega dos produtos ou serviços após recebimento da Nota de Empenho, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos e que não tenha causado desabastecimento para a Contratante.	Pena: Advertência escrita, registrada no SICAF.
Atraso na entrega dos produtos ou serviços a partir do 1 (primeiro) dia de atraso, contados a partir do primeiro prazo estipulado em edital e seus anexos.	Pena: Multa moratória, aplicada automaticamente, correspondente a 0,5% (meio por cento) ao dia, por no máximo 30 dias, de atraso na entrega de objetos constantes na respectiva Nota de Empenho - NE, calculados sobre o valor total da referida NE, com contagem dos dias excedentes do prazo previamente acordado, sem prejuízo das demais sanções.
Atraso na entrega dos produtos ou serviços a partir do 31 (trigésimo primeiro) dia	Pena: Multa adicional de 10% (dez por cento) sobre o valor da

de atraso, contados a partir do primeiro prazo estipulado em edital e seus anexos.	parcela inadimplida, sem prejuízo das demais sanções.
Atraso na entrega dos produtos ou serviços a partir de 61 (sexagésimo primeiro) dia, contados a partir do primeiro prazo estipulado em edital e seus anexos.	Pena: Impedimento do direito de licitar e contratar com a Ebserh, pelo período de 3 (três) meses. Caso o atraso superar os 61 dias, será aplicada também a proporcionalidade de 3 (três) dias de impedimento de licitar por cada dia a mais de atraso, ficando limitado a aplicação da penalidade em no máximo 24 meses. Sem prejuízo das demais sanções
Reincidência em atrasos.	Pena: Por reincidências será aplicada multa de até 20% sobre o valor da parcela, não podendo a somatória das multas ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor da parcela, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual.
Por inexecução total do objeto.	Pena: Multa por descumprimento integral do compromisso, correspondente a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, sem prejuízo das demais sanções.
Por recusar-se a retirar ou receber a respectiva Nota de Empenho, assinar a Ata de Registro de Preços, Contrato de locação ou o Contrato de Comodato.	Pena: Multa por descumprimento integral do compromisso, correspondente a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, sem prejuízo das demais sanções.
Em caso de outras hipóteses de inexecução parcial.	Poderá ser aplicada multa compensatória de até 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, respeitados critérios de razoabilidade e proporcionalidade, considerando os impactos da obrigação inadimplida.
Deixar de manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação	Pena - Impedimento do direito de licitar e contratar com a Ebserh pelo período de 2 (dois) meses.
Por causar prejuízos a administração.	Pena: Impedimento de licitar e contratar com a Ebserh com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses.

14.18. As penas previstas para as sanções aplicadas podem ser reduzidas nos seguintes casos:

14.18.1. Irregularidades que não tenham acarretado prejuízos significativos e que não tenham causado interrupções nos serviços prestados pela Contratante;

14.18.2. Irregularidades em que a CONTRATADA tenha promovido ações efetivas para solucionar ou minimizar os impactos causados por sua ação.

14.19. Nos casos em que seja a primeira ocorrência de irregularidade da CONTRATADA junto a CONTRATANTE, e caso não tenha acarretado prejuízos significativos e que não tenha causado desabastecimento para a CONTRATANTE.

14.20. Casos omissos não descritos serão analisados e sugerida a aplicação de penalidades a autoridade competente do HUPAA-UFAL/Ebserh.

14.21. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14.22. A Ebserh, nos termos da legislação vigente, poderá, em caso de inadimplemento das obrigações contratuais por parte da contratada, proceder ao protesto em cartório dos títulos ou documentos que comprovem a dívida.

## 15. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

15.1. Os preços referenciais desta contratação são sigilosos, nos termos do art. 7º do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0.

## 16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

16.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

AÇÃO	FONTE DE RECURSOS	PROGRAMA DE TRABALHO	PLANO INTERNO	ELEMENTO DE DESPESA
8585	1001A003NS	234195	EAM50000000	339040

16.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 17. FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL

17.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado o Termo de Contrato.

17.2. A contratação será formalizada pela assinatura de termo de contrato, com vigência de 24 (vinte e quatro) meses, a teor do que disciplina o

art 71, caput, da Lei nº 13.303/2016 e art. 147, caput, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0, podendo ser prorrogado para o limite de 60 (sessenta) meses.

17.2.1. O período acima visa garantir o pleno cumprimento do plano de manutenção programado para os sistemas, que percorrerá o período de 12 (doze) meses e pode ter atividades que necessitem ultrapassar tal período por motivos diversos.

17.2.2. Também visa tornar a contratação mais atrativa, algo inserido na lógica de mercado da duração de contratos para esse tipo de serviço e que contribuiria para mitigar os riscos de uma eventual necessidade de realização de uma nova contratação do serviço em tela, atendendo aos princípios da economicidade, razoabilidade, competitividade e interesse público (Acórdão 3320/2013 - Segunda Câmara).

17.3. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito da Ebserh/HUF, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no artigo 29 da Instrução Normativa nº 03/2018, e nos termos do artigo 6º, inciso III, da Lei nº 10.522/2002, consulta prévia ao CADIN:

17.3.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder o seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

17.3.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de **até 05 (cinco) dias úteis**, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital e anexos.

17.4. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital que deverão ser mantidas pelo LICITANTE durante a vigência do contrato.

## 18. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

18.1. Em atendimento ao inciso XI do art. 7º da [Lei nº 12.305/2010](#) deve ser dada prioridade aos produtos reciclados e recicláveis, sempre que possível e no que couber, bem como devem ser utilizados critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

18.2. Em consonância com o art. 4º do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0 as seguintes diretrizes devem ser observadas:

Art. 3º As seguintes diretrizes devem ser observadas nas contratações conduzidas pela Ebserh:

(...)

I - busca da maior vantagem competitiva, considerando custos e benefícios diretos e indiretos de natureza econômica, social e ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância;

18.3. De acordo com o art. 5º do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0, também devem ser observadas, no que couber, as normas relativas à:

Art. 4º As contratações devem observar, no que couber para cada tipo de objeto, as normas relativas à:

disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados;

mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais;

IV - avaliação de impactos de vizinhança, observada a legislação urbanística;

proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado por investimentos realizados pela Ebserh;

acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;

vigilância sanitária, proteção radiológica e demais normas técnicas relacionadas à garantia de qualidade e de disponibilidade sobre infraestrutura, equipamentos e suprimentos.

Parágrafo único. A contratação da qual decorra impacto negativo sobre bens do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial tombados dependerá de prévia autorização da esfera de governo encarregada da proteção do respectivo patrimônio, devendo o impacto ser compensado por meio de medidas determinadas pela Diretoria Executiva, na forma da legislação aplicável.

18.4. Além disso, devem ser adotados os seguintes atos de logística sustentável, previstos no art. 202 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0:

Art. 5º As unidades da Ebserh devem adotar os seguintes atos de logística sustentável com reflexo em seus procedimentos de contratação:

adotar práticas de racionalização com o objetivo de melhoria da qualidade do gasto público e contínua busca por economicidade e primazia na gestão dos processos;

adotar práticas de sustentabilidade com o objetivo de construir um novo modelo de cultura institucional visando à inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades e contratações da unidade;

coordenar o fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, considerando a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado;

implementar estratégias que garantam a padronização dos processos de trabalho, como a implantação de protocolos assistenciais, procedimentos operacionais padrão e fluxos padronizados, visando à redução de custos e o desenvolvimento das dimensões da qualidade;

elaborar Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS no âmbito da unidade, instruindo e designando Comitê Gestor do Plano de Gestão de Logística Sustentável - CGPLS;

relatar à Administração Central da Ebserh as boas práticas realizadas sob a diretriz da gestão sustentável para subsidiar a elaboração do relatório anual de sustentabilidade da empresa.

18.5. As previsões constantes na Instrução Normativa do Secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG) n.º 01/2020, devem ser observadas:

Art. 6º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2;

que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Parágrafo único. A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

18.6. Vejam-se, ainda, as previsões do [Decreto nº 7.746/2012](#):

Art. 7º Na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras, a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes adotarão critérios e práticas sustentáveis nos instrumentos convocatórios, observado o disposto neste Decreto.

Parágrafo único. A adequação da especificação do objeto da contratação e das obrigações da contratada aos critérios e às práticas de sustentabilidade será justificada nos autos, resguardado o caráter competitivo do certame.

Art. 8º Para os fins do disposto no art. 2º, são considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e

utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

Art. 9º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade.

(...)

Art. 10. A comprovação das exigências apresentadas no instrumento convocatório poderá ser feita por meio de certificação emitida ou reconhecida por instituição pública oficial ou instituição credenciada ou por outro meio definido no instrumento convocatório.

18.7. O fornecedor no momento do recolhimento dos materiais não consumidos e que serão por ele descartados, deverá apresentar declaração de que o referido resíduo está sendo tratado e destinado, conforme a legislação ambiental para o caso, inclusive, informando o local onde será destinado e/ou tratado, bem como o nome da pessoa (jurídica ou física) responsável pelo controle e destinação dos referidos materiais caso não seja executado/realizado pelo próprio fornecedor.

18.8. Dos critérios de sustentabilidade social e econômica:

18.8.1. A CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade social e econômica, de modo a gerar mais empregos, preferencialmente com mão de obra local, incentivar campanhas e ações sobre sustentabilidade e conservação, aplicar soluções de maior eficiência e que requeiram menos recursos naturais; e preferir materiais, tecnologias e matérias-primas de maior vida útil e, se viável, de origem local.

## 19. VISTORIA TÉCNICA

19.1. A vistoria técnica prévia é facultativa e tem por finalidade o levantamento de todas as informações necessárias para a elaboração do orçamento e da proposta comercial.

19.2. A vistoria técnica será realizada mediante agendamento prévio com a equipe de Tecnologia da Informação, dentro do horário de expediente 08 às 12h e 13 às 17h de segunda a sexta-feira, pelo telefone (82) 3202-5834 (falar com a Unidade de Infraestrutura, Suporte e Segurança de Tecnologia da Informação) ou e-mail ([uisti.hupaa-ufal@ebserh.gov.br](mailto:uisti.hupaa-ufal@ebserh.gov.br)), até o penúltimo dia antes da abertura do certame. A visita técnica será recepcionada e acompanhada pelos analistas do Hupaa nas datas e horários agendados.

19.3. O local de vistoria será no endereço Avenida Lourival Melo Mota, s/nº - Bairro Cidade Universitária, Maceió-AL, CEP 57072-900.

19.4. Nesta visita, as empresas proponentes deverão inteirar-se das condições e do grau de dificuldades para realização dos serviços, podendo ser efetuados análise dos desenhos técnicos e exames no container data center, desde que não haja interferência na operação e disponibilidade de seus componentes. Após a visita técnica, não será admitida qualquer alegação de desconhecimento sobre o ambiente da CONTRATANTE.

19.5. A proponente deve se comprometer a manter sigilo sobre todas as informações a que tiver acesso em decorrência da visita técnica realizada, sendo que, para isso, todos os participantes da visita técnica, deverão concordar com o **Anexo V - Termo De Vistoria E Sigilo (SEI nº 52549298)**. Antes da visita técnica, a PROPONENTE deverá entregar a TIC, uma cópia do **Termo De Vistoria E Sigilo**, com as assinaturas dos responsáveis e visitantes mediante apresentação de documento oficial com foto.

19.6. A vistoria configura-se como uma forma de ampliar o entendimento da proponente sobre o objeto, de forma que possa apresentar o preço com melhor precisão e contemple a cobertura de seus custos, além de permitir que a CONTRATANTE se resguarde de possível alegação, por parte da licitante vencedora, de existência de impedimentos para a perfeita execução do objeto, amparada no desconhecimento das instalações onde prestará os serviços.

19.7. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções no levantamento preliminar, proporcionado pela vistoria técnica e em documentos apresentados, não poderão constituir pretexto para a CONTRATADA pretender cobrar "serviços extras" e/ou alterar a composição de preços.

19.8. Após visita, a CONTRATANTE emitirá o Atestado de Vistoria Técnica, em nome da PROPONENTE comprovado que está em pleno conhecimento do local e que se inteirou de todas as condições previstas para elaboração da proposta e para a prestação do serviço.

19.9. **Caso não faça a vistoria técnica, a LICITANTE deverá apresentar declaração que possui pleno conhecimento do ambiente do container data center onde serão realizados os serviços e de suas especificações, e que detém todo conhecimento necessário para cumprir integralmente o objeto licitado.**

## 20. SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIOS

20.1. Será admitida a subcontratação do objeto para os serviços especializados nos seguintes subsistemas do Data Center:

20.1.1. Sistema de Climatização de Precisão com capacidade de 18,5 kW (50% do total);

20.1.2. Sistema de UPS com capacidade 20 KVA (50% do total);

20.1.3. Sistema de Grupo Gerador com potência de 180 KVA (50% do total);

20.1.4. Manutenção em sistema de detecção e combate a incêndio conforme a Norma NBR 17.240.

20.2. A subcontratação deve se limitar a atividades cuja complexidade para fornecimento de peças ou mão de obra exija a atuação de empresa específica, algo a ser devidamente justificado pela Contratada, preferencialmente sendo uma empresa autorizada pelos fabricantes dos equipamentos. Tal subcontratação não dispensa a responsabilidade técnica da Contratada pela supervisão e validação dos serviços prestados por sua subcontratada.

20.3. Consórcios:

20.3.1. Tratando-se de fornecedores reunidos em consórcio, serão observadas as seguintes exigências:

20.3.1.1. Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

20.3.1.2. Indicação de empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Ebserh;

20.3.1.3. Admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

20.3.1.4. Demonstração, pelo consórcio, pelo somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, do atendimento aos índices contábeis definidos neste projeto básico, para fins de qualificação econômico-financeira, na proporção da respectiva participação;

a) Quando se tratar de consórcio composto em sua totalidade por micro e pequenas empresas, não será necessário cumprir esse acréscimo percentual na qualificação econômico-financeira.

b) Fica definido ao consórcio um valor percentual de acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a capacidade econômico-financeira, conforme art. 68, § 1º do RLCE 2.0.

20.3.1.5. Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de Seleção de Fornecedor quanto na de Gestão do Contrato;

20.3.1.6. Constituição e registro do consórcio, antes da celebração do contrato.

a) No caso de substituição de consorciado, deverá ser expressamente autorizada pela Ebserh e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de capacidade econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio.

## 21. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

21.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todas as condições de habilitação exigidas na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado; e haja a anuência expressada Administração à continuidade do contrato.

## 22. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

22.1. O contrato vigorará por 12 meses, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por períodos de 12 meses, limitado a 5 anos, desde que haja preços e condições mais vantajosas para a Administração.

22.2. Dado o período de 6 meses que antecede o encerramento do contrato as partes poderão se reunirem para negociar a manutenção ou extinção do contrato, desde que obedecidos os limites legalmente admitidos, sem qualquer repercussão negativa para a parte desistente.

22.3. A prorrogação do contrato dependerá da verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, acompanhada de a realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade dos preços contratados para a Administração.

## 23. DA GARANTIA CONTRATUAL

23.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 144 do RLCE 2.0, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor anual do contrato, com a obrigação de ser renovada a cada 12 (doze) meses considerando a primeira renovação contratual em diante.

23.2. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor do orçamento estimado, equivalente à diferença entre esse último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigidas, nos termos do § 6º do artigo 144 do RLCE 2.0.

23.3. No prazo máximo de 15 (quinze) dias, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contados da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária.

23.4. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

23.5. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem o inciso I do art. 184 do RLCE 2.0.

23.6. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n.º 5/2017.

23.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

23.7.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

23.7.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

23.7.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e

23.7.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

23.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

23.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

23.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

- 23.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 23.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 23.13. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 23.14. Será considerada extinta a garantia:
- 23.14.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 23.14.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n.º 05/2017.
- 23.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva do CONTRATANTE e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 23.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.
- 23.17. A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Projeto Básico.
- 23.18. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Projeto Básico.

24. **DA GARANTIA CONTRATUAL DOS SERVIÇOS**

- 24.1. O período de GARANTIA CONTRATUAL DOS SERVIÇOS complementar à legal e, por consectário;
- 24.2. O oferecimento da ASSISTÊNCIA TÉCNICA, através de manutenção corretiva com ou sem reposição de peças ou, ainda, substituição do objeto adquirido que se mostrou inservível para o seu fim.
- 24.3. Os serviços executados durante a vigência do contrato terão garantia de 90 (noventa) dias após o final da vigência do contrato.

25. **DO REAJUSTE DE PREÇOS**

- 25.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 25.2. Os preços iniciais podem ser reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após o interregno mínimo de um ano da data limite para apresentação da proposta.
- 25.3. Deverá haver consulta formal à CONTRATADA quanto à possível renúncia ao direito ao reajuste a cada anualidade, ou redução do percentual aplicável.
- 25.4. É indevido o pagamento de reajuste de preços resultante de atraso na execução contratual em razão de fatos imputáveis à CONTRATADA.
- 25.5. Na apuração do saldo contratual para incidência do reajuste serão deduzidos, além dos serviços medidos e pagos até o momento de aquisição do direito ao reajuste, os serviços previstos em cronograma físico-financeiro, quando for o caso, mas não executados por culpa exclusiva da Contratada.
- 25.6. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos do reajuste anterior.
- 25.7. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 25.8. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 25.9. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 25.10. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 25.11. O reajuste será realizado por apostilamento.

26. **RESCISÃO CONTRATUAL**

- 26.1. As hipóteses de rescisão contratual são aquelas previstas no RLCE 2.0 e no termo de contrato, sem prejuízo de outros normativos aplicáveis.
- 26.2. Constitui motivo para extinção do contrato, nos termos do art. 184, I, do RLCE 2.0, com a consequente realização de novo processo licitatório, a situação em que se impõe à contratada a alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulta a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Pública, em cumprimento de decisão judicial.

27. **MATRIZ DE RISCOS**

- 27.1. Nos moldes do Art. 171, § 3º do RLCE 2.0, é vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes que estejam alocados na Matriz de Riscos como responsabilidade da Contratada.
- 27.2. Desta forma, a Tabela 01 apresenta a Matriz de Risco com o objetivo de pré-estabelecer as responsabilidades e se evitar a litigância administrativa.

ID	RISCO ASSOCIADO	MATERIALIZAÇÃO	MITIGAÇÃO	COMPETÊNCIA
	Não liberação de área	Atraso na execução do objeto contratado,	Contratante deverá liberar as áreas a sofrer intervenção através da equipe interna ou previsão de mobilização no serviço contratado.	Contratante
	Atraso na liberação de área, liberação parcial ou não	atraso nas medições e,		

01	liberação para execução dos serviços, por parte da Contratante, ou para início das atividades, por parte da Contratada.	consequentemente, no recebimento dos serviços.	Contratada deverá realizar cronograma prévio de serviços, de forma a possibilitar a liberação das áreas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.	Contratada
02	Alterações nos projetos/especificações técnicas  Alterações nos projetos/especificações técnicas fornecidos pelo Contratante e/ou modificações do escopo contratado causadas por falhas na definição do objeto/projeto de responsabilidade do Contratante, resultando em acréscimos ou supressões contratuais.	Impacto nos custos previstos para a execução contratual.	Alteração do contrato (Termo Aditivo contratual).	Contratante
03	Atraso no pagamento  Atraso nos repasses de recursos financeiros para pagamentos das medições.	Falta de recursos para pagamento dos serviços realizados.	Cláusulas contratuais de pagamento com encargos moratórios.	Contratante
04	Greve  Paralisação dos funcionários alocados na contratação.	Atraso na execução do objeto contratado, atraso nas medições e, consequentemente, no recebimento definitivo da obra/serviço.	Atuação da Fiscalização Administrativa na Equipe de Fiscalização do Contrato, com verificação do cumprimento das obrigações trabalhistas e solicitação de possíveis sanções administrativas por irregularidades detectadas. Manutenção dos recursos humanos necessários à regular execução das Ordens de Serviços.	Contratante  Contratada
05	Falta de material  Atraso na entrega de materiais e equipamentos pelos fabricantes.	Atraso na execução do objeto contratado, atraso nas medições e, consequentemente, no recebimento definitivo da obra/serviço.	Contratada deverá realizar cronograma prévio de aquisição de insumos, de forma a possibilitar a regular execução das Ordens de Serviços.	Contratada
06	Eventos fortuitos ou de força maior  Eventos adversos não previstos, fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.	Atraso na execução do objeto contratado, atraso nas medições e, consequentemente, no recebimento definitivo da obra/serviço, além do aumento de custos.	Elaborar Plano de Contingência para enfrentamento à situações adversas.  Contratação de seguro. Risco de Engenharia ou outros com cobertura acessória específica. Capacitação da equipe e observação às normas de segurança.  Aditivo contratual.  Reequilíbrio econômico-financeiro (reajuste, repactuação, revisão).	Contratada  Contratada  Contratada ou Contratante(após análise do caso)
08	Falha na compatibilização das instalações (projetos as built)  Aumento ou diminuição de serviços e/ou materiais.	Atraso na execução do objeto contratado, atraso nas medições e, consequentemente, no recebimento definitivo da obra/serviço.	Antes do início dos serviços a Contratada deverá checar todas as interferências "in loco".	Contratada
09	Embargo ou interdição dos serviços por órgão público / fiscalização.  Paralisação dos serviços por falta de cumprimento de exigências legais (Alvará, ART, Normas de Segurança, etc..).	Atraso na execução das Ordens de Serviços e aumento de custos.	A Contratada deverá obter todas as licenças e exigências pertinentes aos serviços a serem realizados perante aos órgãos responsáveis.	Contratada
11	Falta de qualificação de pessoal  Contratação de pessoal sem a qualificação necessária para o	Retrabalhos, qualidade insuficiente para os serviços, atraso na conclusão das Ordens	Disponibilizar equipe que atenda aos requisitos de qualificação técnica na contratação e de forma tempestiva.  Subcontratar empresas	Contratada

	serviço ou atrasos na reposição de pessoal ausente.	de Serviços e aumento de custos.	especializadas, dentro do limite permitido, com a qualificação necessária para o serviço.	
12	Obsolescência tecnológica, falta de inovação técnica e deficiência de equipamentos Contratada não consegue atingir os requisitos de qualidade.	Retrabalhos, qualidade insuficiente para os serviços, atraso na conclusão das Ordens de Serviços e aumento de custos.	Aplicar técnicas e equipamentos/ferramentas eficientes.	Contratada
13	Aumentos desproporcionais de custo de insumos Ocorrência de prejuízo ou diminuição da margem de lucro da Contratada.	Atraso na execução das Ordens de Serviços e aumento de custos.	Planejamento de compras.  Reequilíbrio econômico financeiro (reajuste, repactuação, revisão).	Contratada, caso seja decorrente de atrasos nos serviços injustificados, postergação de aquisições ou outras causas sob sua responsabilidade Contratante, até o limite da variação verificada, e desde que comprovada que as ações mitigadoras da Contratada não tenham surtido efeito.
14	Danos a terceiros Danos causados a terceiros durante a execução dos serviços.	Danos pessoais/materiais.	Contratação de Seguro e aplicação de meios necessários à garantia da segurança na execução dos serviços no local e em suas adjacências.	Contratada
15	Roubos ou furtos no local dos serviços e/ou instalações da Contratada Prejuízos gerados por segurança inadequada nas instalações da Contratada (integralmente) ou da Contratante (durante a execução dos serviços).	Perda de eficiência, aumento do prazo e custos.	Aplicação de medidas de controle, alarme e vigilância.	Contratada
16	Problemas de liquidez financeira Falta de capacidade financeira do contratado para execução do contrato.	Atraso na execução do objeto contratado, atraso nas medições e, consequentemente, no recebimento definitivo da obra/serviço.	Comprovar qualificação Econômico-financeira adequada ao porte do serviço / Planejamento financeiro.	Contratada
17	Incapacidade de gerenciamento de serviços concomitantes Falta de pessoal para cumprir os serviços.	Atraso na execução do objeto contratado, atraso nas medições e, consequentemente, no recebimento definitivo da obra/serviço.	Alocar recursos humanos qualificados e em quantidade suficiente à execução dos serviços.	Contratada
18	Não recebimento dos serviços pela Contratante Não cumprimento das especificações de serviços e equipamentos. Pendências de execução.	Retrabalhos, qualidade insuficiente para os serviços, atraso na execução do objeto contratado, atraso nas medições e, consequentemente, no recebimento definitivo da obra/serviço, além do aumento de custos.	Fornecer equipamentos e serviços de acordo, ou de qualidade superior, com os especificados, inclusive para os casos de subcontratação.	Contratada
19	Atraso na formalização de Termos Aditivos Não conclusão das análises em tempo razoável.	Atraso na execução do objeto contratado, atraso nas medições e, consequentemente, no recebimento definitivo da obra/serviço.	Priorizar a análise processual relativa aos Termos Aditivos.	Contratante
	Falha na estimativa inicial dos valores dos adicionais de Insalubridade/Periculosidade (se			



20	couver) Contratada estimou inicialmente valor dos adicionais diferente do laudo de insalubridade/periculosidade elaborado por profissional habilitado a ser apresentado no início do contrato.	Impacto nos custos previstos pela Contratada para a execução contratual.	Arcar com o ônus e pagar os valores de Adicionais Insalubridade/Periculosidade conforme o laudo.	Contratada
21	Equívoco no dimensionamento dos quantitativos da proposta vencedora Contratada apresentou proposta com erro no dimensionamento dos quantitativos	Impacto nos custos previstos pela Contratada para a execução contratual.	Arcar com o ônus gerado pelo equívoco, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do art. 171, Seção II, Cap. II do RLCE 2.0.	Contratada

## 28. DO SIGILO (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD))

28.1. No tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida entre as partes, a CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem, conforme a Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), ao seguinte:

- adotar medidas para conformidade de suas operações ao cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais e das orientações emanadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- assegurar que o tratamento de dados pessoais será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s) proposta(s);
- manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem;
- adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais;
- cooperar entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares de dados pessoais previstos na legislação em vigor;
- orientar seus colaboradores no tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida entre as partes, a CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem, conforme a Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), ao seguinte: contratados ou prepostos sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso;
- comunicar à outra parte, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais a que tenha acesso, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no § 1º do art. 48 da LGPD.

28.2. Especificamente a CONTRATADA se compromete ao seguinte:

- cientificar-se da Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE;
- apresentar todos os dados e informações solicitados pela CONTRATANTE em relação ao tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida com a CONTRATANTE e/ou adotar as providências lícitas por ela indicadas;
- não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da CONTRATANTE e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância;
- quando verificada qualquer das hipóteses de término do tratamento de dados pessoais previstas no art. 15 da LGPD, interromper o tratamento e eliminar completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), autorizada a conservação para as finalidades estabelecidas no art. 16 da LGPD.

## 29. ANEXOS

- Anexo I - Plano de Manutenção e Operação Cronograma (56776251);
- Anexo II - Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo (56776252);
- Anexo III - Termo de Ciência (56776254);
- Anexo IV - Dispensa de Visita Técnica (56776256);
- Anexo V - Termo de Vistoria e Sigilo (56776258);
- Anexo VI - Modelo de proposta (56778191).

## 30. DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO

30.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Portaria - SEI 225 (54574052).

30.2. Este projeto básico foi aprovado pela Gerência Administrativa e segue assinado pelo seu titular.

Integrante Requisitante <b>Chefe do Setor de Tecnologia da Informação e Saúde Digital</b> Alexsandro Conceição dos Santos Técnico em Informática 152****	Coordenador <b>Chefe da Unidade de Infraestrutura, Suporte e Segurança de Tecnologia da Informação.</b> Washington Junior Ferreira 214****	<b>Integrante Técnico Tecnologia da Informação</b> Bruno Albuquerque de Oliveira Técnico em Informática 223****	<b>Integrante Técnico Climatização e Mecânica</b> Mauro Apolinario De Araujo Junior Engenheiro Mecânico 143****	<b>Integrante Técnico Elétrica</b> Thiago Bastos Madeiros Engenheiro Eletricista 226****	<b>Integrante Técnico Segurança do Trabalho</b> Carlos R. de Souza Torres Engenheiro de Segurança do Trabalho 122****	<b>Integrante Técnico Engenharia Civil</b> Allan Dênisson Soares Silva Engenheiro Civil 221****
---	---	--	--	---	--	--

**Aprovação da Autoridade Competente**

\_\_\_\_\_  
*Gerente Administrativo*



Documento assinado eletronicamente por **Allan Denisson Soares Silva, Chefe de Setor**, em 06/02/2026, às 16:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Washington Junior Ferreira, Chefe de Unidade**, em 06/02/2026, às 17:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Albuquerque de Oliveira, Fiscal de Contrato - Técnico, Substituto(a)**, em 09/02/2026, às 07:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **57851661** e o código CRC **DE619CDF**.

**Referência:** Processo nº 23540.011628/2025-95 SEI nº 57851661